



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI  
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS – CSHNB  
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

GLEYCELENE MARIA DA SILVA SANTOS NÓBREGA

**A ATUAÇÃO DOS MESTRES - ESCOLAS E O ENSINO ALTERNATIVO:  
HISTÓRIA E MEMÓRIA DO ENSINO EM FRANCISCO SANTOS - PI (1935-  
1960)**

PICOS – PI  
2014

GLEYCELENE MARIA DA SILVA SANTOS NÓBREGA

**A ATUAÇÃO DOS MESTRES - ESCOLAS E O ENSINO ALTERNATIVO:  
HISTÓRIA E MEMÓRIA DO ENSINO EM FRANCISCO SANTOS - PI (1935-  
1960)**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, como requisito necessário para obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Francisco de Assis de Sousa Nascimento.

Eu, **Gleycelene Maria da Silva Santos Nobrega**, abaixo identificado(a) como autor(a), autorizo a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação abaixo discriminada, de minha autoria, em seu site, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, a partir da data de hoje.

Picos-PI, 21 de agosto de 2014.

---

Assinatura

#### FICHA CATALOGRÁFICA

Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí  
Biblioteca José Albano de Macêdo

**N754d** Nobrega, Gleycelene Maria da Silva Santos.  
A Atuação dos mestres, escolas e o ensino alternativo: história e memória do ensino em Francisco Santos – PI (1935 – 1960) / Gleycelene Maria da Silva Santos Nobrega. – 2014.  
CD-ROM : il; 4 ¾ pol. (59 p.)

Monografia(Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí. Picos-PI, 2014.

Orientador(A): Prof. Dr. Francisco de Assis de Sousa Nascimento

1. Mestres - Atuação. 2. Ensino Alternativo. 3. Memória Franciscossantense. I. Título.

**CDD 370.981 22**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
Campus Senador Helvídio Nunes de Barros  
Coordenação do Curso de Licenciatura em História  
Rua Cícero Duarte Nº 905. Bairro Junco CEP 64600-000 - Picos- Piauí  
Fone: (89) 3422 2032 e-mail: [coordenacao.historia@ufpi.br](mailto:coordenacao.historia@ufpi.br)

### ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA

Ao dia (08) do mês de Agosto de 2014, na sala do Laboratório de Ensino de História, do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, da Universidade Federal do Piauí, reuniu-se a Banca Examinadora designada para avaliar a Defesa de Monografia de GLEYCELENE MARIA DA SILVA SANTOS NÓBREGA sob o título *ATUAÇÃO DOS MESTRES-ESCOLAS E O ENSINO ALTERNATIVO: HISTÓRIA E MEMÓRIA DO ENSINO EM FRANCISCO SANTOS - PI (1935-1960)*

#### A banca constituída pelos professores:

Orientador: PROF. DR. FRANCISCO DE ASSIS DE SOUSA NASCIMENTO

Examinador 1 : PROFA. MS. MONA AYALA SARAIVA SILVEIRA

Examinador 2: PROF. MS. NILVON BATISTA DE SOUSA BRITO

Deliberou pela aprovação do (a) candidato (a), tendo em vista que todas as questões foram respondidas e as sugestões serão acatadas, atribuindo-lhe uma média aritmética de 9,5.

Picos (PI) 08 de Agosto de 2014

Orientador (a): Francisco de Assis de Sousa Nascimento  
Examinador (a) 1: Mona Ayala Saraiva de Silveira  
Examinador (a) 2: Nilvon Batista de Sousa Brito

Dedico esse trabalho a Deus, pela força e coragem que me deste durante toda esta longa caminhada. Aos meus pais e esposo, que não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que permitiu que tudo isso acontecesse, ao longo de minha vida, e não somente nestes anos como universitária, mas que em todos os momentos é o Maior Mestre que alguém pode conhecer.

À Universidade Federal do Piauí, pelo ambiente criativo e amigável que proporciona.

Ao meu orientador Prof. Dr. Francisco Nascimento, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos.

Agradeço a minha mãe Selene Maria da Silva, heroína que me deu apoio, incentivo nas horas difíceis, de desânimo e cansaço.

Ao meu pai Valdemar Raimundo dos Santos (*in memoriam*), que mesmo não estando presente nesta etapa da minha vida se fez inspiração para minha vitória.

Ao meu amado esposo Sebastião Carlos Santos Nóbrega, que nos momentos de minha ausência dedicados ao estudo superior, foi compreensivo e me fez entender que o futuro é feito a partir da constante dedicação no presente.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

“Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades, lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram conquistadas do que parecia impossível”.

Charles Chaplin

## RESUMO

O presente trabalho tem como tema “A Atuação dos mestres- escolas e o Ensino Alternativo: História e Memória do ensino em Francisco Santos-PI (1935-1960)” e objetivou recompor a trajetória de ensino no referido município dentro do recorte temporal mencionado, procurando ampliar o conhecimento da História local e enfatizar questões discutidas na historiografia brasileira e pela historiografia piauiense. Durante o período abordado, estudamos as primeiras formas de ensino desde a origem do povoado Jenipapeiro até a criação do município de Francisco Santos, observando quem eram os sujeitos envolvidos nesse contexto e as práticas alternativas de educação desenvolvidas. As fontes utilizadas nesse trabalho são em sua maioria livros de autores da referida cidade (que tratam sobre Francisco Santos) e arquivos particulares. Além dessas, utilizamos também livros de memórias, biografias e depoimentos de pessoas que de alguma forma, viveram e participaram do recorte temporal e espacial investigado. Como referencial teórico, baseamo-nos em autores da História Cultural como Vainfas(1997), Pesavento(2004) e também dentro dessa linha de pesquisa, no estudo da História Oral como fonte e metodologia de pesquisa assimilando dentre outras ideias, as de Delgado(2006) e de Almeida(2006).

**Palavras-chave:** Atuação dos mestres - escolas. Ensino alternativo. Memória Franciscossantense.



## ABSTRACT

The present work has as its theme "The Performance of schoolmasters and the Alternative Education: History and Memory in teaching Francisco Santos-PI (1935-1960)" and aimed to reconstruct the trajectory of education in the municipality within the time frame mentioned, looking to broaden the knowledge of local history and emphasize issues discussed in the Brazilian state of Piauí and the historiography historiography. During the period covered, we study the earliest forms of education from the origin of the town genipap until the creation of the municipality of Francisco Santos, who were observing the subjects involved in this context and practices developed alternative education. The sources used in this work are mostly books by authors of that city (that deal with Francisco Santos) and private files. Besides these, we also use memoirs, biographies and testimonials from people who somehow lived and attended the temporal and spatial area investigated. As a theoretical framework, we have relied on authors of Cultural History as Vainfas(1997), Pesavento(2004) and also within this line of research in the study of oral history as a source and research methodology assimilating among other ideas, Delgado(2004) and Adams(2004).

**Keywords:** Performance of schoolmasters. Alternative education. Memory Franciscossantense.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|   |    |
|---|----|
| <b>Figura 1:</b> Mapa com a localização da cidade.....  | 34 |
| <b>Figura 2:</b> Coronel Francisco de Sousa Santos..... | 36 |
| <b>Figura 3:</b> Miguel Guarani.....                    | 44 |
| <b>Figura 4:</b> Letra de aluna.....                    | 44 |
| <b>Figura 5:</b> Manuscrito de Miguel Guarani.....      | 45 |
| <b>Figura 6:</b> Dona Mariinha.....                     | 46 |

## SUMÁRIO

|          |   |           |
|----------|---|-----------|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO.....</b>  | <b>11</b> |
| <b>2</b> | <b>CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA DE 1935 -<br/>1960.....</b>                        | <b>16</b> |
| 2.1      | A Educação na historiografia brasileira.....  | 16        |
| 2.2      | História da Educação no Brasil e os Pioneiros da Educação Nova.....                             | 20        |
| 2.3      | História da Educação no cenário piauiense.....  | 25        |
| <b>3</b> | <b>HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO EM FRANCISCO SANTOS:<br/>(1935-1960).....</b>                 | <b>33</b> |
| 3.1      | A origem do Jenipapeiro e as primeiras formas de ensino.....                                    | 35        |
| 3.2      | A educação em Francisco Santos-PI.....  | 39        |
| <b>4</b> | <b>A ATUAÇÃO DOS MESTRES ESCOLAS E O ENSINO ALTRNATIVO</b>                                      | <b>42</b> |
| 4.1      | Sujeitos, memórias e compromisso com a educação.....  | 42        |
| 4.2      | Práticas pedagógicas e metodologias de ensino: Formas de avaliação<br>e recursos didáticos..... | 47        |
| 4.3      | Contribuição dos educadores à educação franciscossantense.....                                  | 49        |
|          | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>51</b> |
|          | <b>REFERÊNCIAS.....</b>   | <b>53</b> |
|          | <b>ANEXOS.....</b>  | <b>57</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

A educação está na pauta das discussões mundiais. Em diferentes lugares do mundo discute-se cada vez mais o papel essencial que ela desempenha no desenvolvimento das pessoas e das sociedades. Nesse sentido, a educação é um dos aspectos mais conhecidos de Francisco Santos-PI, pelas cidades vizinhas, uma vez que muitos habitantes desse município conseguiram se projetar através da educação, onde essa começou a ser difundida pelos mestres – escolas a partir de 1935, quando ainda não havia sido elevada a categoria de cidade, era apenas um povoado chamado Jenipapeiro. Com o esforço, dedicação e força de vontade, muitos conseguiram alfabetizar-se com a ajuda de amigos e parentes e progrediram depois como autodidatas.

São inúmeras as histórias sobre como se desenvolveu o processo educacional em Francisco Santos, sobre a inteligência de seu povo, e o interesse dos pais em proporcionar instruções de conhecimento aos seus filhos. Foram essas histórias e a riqueza de fontes sobre o tema em questão, além de uma afinidade pessoal com a temática uma vez que trabalho na educação que escolhi o mesmo. Também porque este tema tem grande importância para o conhecimento da história da educação deste município, deixando para os interessados uma pesquisa que poderá trazer melhor entendimento, compreensão e uma rica fonte de pesquisa sobre os profissionais leigos (mestres-escolas) e suas práticas de ensino que muito auxiliaram no processo de ensino e aprendizagem no período de 1935 a 1960, recorte temporal escolhido por marcar o ano de elevação de Jenipapeiro a categoria de povoado(1935), e o de emancipação política de Francisco Santos(1960).

Partindo desse interesse, procuramos desenvolver uma pesquisa que nos possibilite ampliar o nosso conhecimento sobre a História da Educação não somente no município de Francisco Santos, mas como consequência no Estado do Piauí. Como mostra a professora Alvení Barros Vieira:

Não obstante a História da Educação seja um tema recente na historiografia brasileira, os pesquisadores tentam, com esforço,

construir um campo de conhecimento e uma ciência de qualidade a partir da intensificação e divulgação das pesquisas realizadas. (VIEIRA, 2005, P.15)

Deste modo, o presente trabalho monográfico é uma exigência do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Piauí-UFPI, e tem como objetivo maior compreender como se deram as práticas do ensino alternativo em Francisco Santos-PI, e a atuação dos “mestres- escolas” no período de 1935 a 1960. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de campo, utilizando entrevistas a pessoas que tem conhecimento sobre o tema, alunos dos mestres em alguns anos do período, escritores do município de Francisco Santos, com o uso de questionários aplicados aos sujeitos, procurando identificar suas atividades, instrumentos metodológicos e estratégias de ensino, entre outras questões que norteiam o trabalho monográfico.

Portanto, para a construção do presente trabalho, procurou-se ainda fazer uma pesquisa documental por meio de arquivos escolares, assim como arquivos particulares, além de uma revisão bibliográfica sobre a legislação e historiografia educacional brasileira no período de 1935-1960, focando de modo especial a historiografia piauiense. Sobre a historiografia local utilizou-se dentre outras fontes, as biografias. O uso dessas obras como documento, principalmente em pesquisas na educação é defendido por Nunes (2003, p.20), que afirma, “as autobiografias, as memórias e os diários têm constituído documentos singulares e decisivos para a reconstituição de aspectos dos processos educativos de outras épocas históricas”.

A escolha pelo estudo local está embasada na importância de se entender a História como um campo de possibilidades que pode ser construído e ajuda-nos a compreender o mundo e as pessoas que o cercam. Assim, de acordo com Fonseca (2009, p.7) “o conhecimento histórico não está pronto, acabado, não é verdade absoluta, mas construção temporal, parcial, seletiva, incompleta, que possibilita múltiplas leituras e interpretações”.

Como referencial teórico, buscou-se fundamentação na História Cultural, que segundo Vainfas (1997), ressalta as renovações das correntes historiográficas e dos campos de pesquisa, dando uma nova visão as pesquisas historiográficas. Os estudos possibilitados pela Nova História ou História Cultural

vão desde a multiplicação do universo de temas, objetos e a utilização de uma multiplicidade de novas fontes.

Com base nessa linha de pesquisa analisaremos o tema proposto apoiado na ideia de “texto, pensando a escrita e leitura, e compreendendo a História como uma narrativa que constrói uma representação sobre o passado, e que desdobra nos estudos da produção e da recepção de textos” (PESAVENTO, 2004, p.69).

Portanto, o presente trabalho foi desenvolvido com base na metodologia da história oral que é mais um dos possíveis registros sobre o que passou e que ficou como memória, pois segundo Almeida (2006):

Trabalhar com fontes orais significa a possibilidade de identificarmos as muitas linguagens que entrecem um mesmo enredo, as outras histórias que compõem uma trama. Há ocasiões e situações em que a tentação da homogeneização perspectivas ou muitas interpretações engendradas pelos diversos sujeitos. (ALMEIDA, 2006, p.44)

A História Oral, de acordo com Delgado (2006) ainda é definida como:

Um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais. Não é, portanto, um compartimento da história vivida, mas sim, o registro de depoimentos sobre essa história vivida. (DELGADO, 2006, p.15-16)

Nesse contexto, a História Oral permite trabalhar a memória de fatos passados, uma vez que se constitui de uma importância enorme para o entendimento significativo deste trabalho. Sendo a memória como principal fonte dos depoimentos orais, então, pode-se dizer que a memória é:

Um cabidal infinito, onde múltiplas variáveis temporais, topográficas, individuais, coletivas-dialogando entre si, muitas vezes, de forma explícita, outras vezes de forma velada, chegando em alguns casos a ocultá-las pela camada protetora que a própria ser humano cria ao supor, inconscientemente, que assim esta se protegendo das dores, dos traumas e das emoções que marcaram sua vida (DELGADO, 2006, p.16).

Para Jacques Le Goff:

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. (LE GOFF, 2003, p.419).

Assim, mesmo com muitos empecilhos encontrados no decorrer da monografia, trabalharei com o uso da história oral, apesar de entender que este método impõe inúmeras dificuldades uma vez que não se podem reconstruir fatos na memória do entrevistado, pois é o pensamento do entrevistado que prevalece. Por outro lado, não existe só o sentido negativo de se trabalhar com a História Oral, existe também os positivos que de acordo com Thompson (1992, p.18-19), “a História Oral possibilita novas versões da história ao dar voz a múltiplos e diferentes narradores. Esse tipo de projeto propicia sobretudo fazer da história uma atividade mais democrática, a cargo das próprias comunidades, já que permite construir a história a partir das próprias palavras”.

Para se trabalhar com a História Oral será preciso entender e interpretar o que os entrevistados falam de modo que não cause contradição no que quis dizer, suas expressões, lógicas, e que suas falas possam de fato trazer experiências para o presente trabalho monográfico. As perguntas a eles lançadas também precisam ser bem elaboradas, simples de modo que não tenham dificuldade para respondê-las, e que a assimilação dos fatos deve ser vistas e analisadas com atenção e cautela já que os entrevistados são pessoas que foram alunos destes mestres e poderão relatar suas experiências, que contribuirão positivamente com o seu conhecimento para melhor compreensão dos fatos obtidos no decorrer do trabalho monográfico.

O presente trabalho será constituído por três capítulos, sendo que o primeiro abordará o contexto histórico da educação brasileira de 1935-1960, analisando esta na historiografia brasileira e piauiense. O segundo capítulo, irá focar a história e memória a educação no município de Francisco Santos no recorte temporal em estudo, destacando a origem da cidade e as primeiras formas de ensino. Por fim, o terceiro capítulo se situará na atuação dos mestres-escola e no ensino alternativo, nos conhecimentos dos que aqui atuaram suas práticas de ensino e suas contribuições para a educação do referido município.





## **2 CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA DE 1935 A 1960**

Nesse capítulo trataremos sobre o enfoque da educação brasileira no período de 1935 a 1960, que podem ser mencionadas através de um contexto histórico informativo das reformas constituintes ocorridas no Brasil durante esse período e também pela própria historiografia nacional vigente que torna compreensível e estimulante o entendimento significativo da organização da educação nos parâmetros gerais do tema em foco.

Sobre a educação convém levar em consideração o seu contexto social, político e ideológico em que são criadas as leis e projetos que de acordo com Paulo Ghiraldelli Jr (2009) a educação brasileira, por toda a parte, está sujeita a crises periódicas mais ou menos graves e a bruscos e passageiros eclipses. Ela atravessa entre nós, agora, por causas conhecidas e outras causas por investigar, uma dessas fases atribuladas. O que se propõe, porém, para superar a crise que a aflige e tende a agravar-se, segundo todos os indícios, não são providências para resolvê-la, mas uma liberdade em que acabará por submergir toda a organização de ensino público que, desde os começos da República, se vem lentamente construindo e reconstruindo peça por peça, através de dificuldades imersas. Assim, é a partir desta ótica que analisaremos a Educação brasileira em seus diversos recortes temporais.

### **2.1 A educação na historiografia brasileira**

Em todo o mundo, segundo Saviani (2006) à revolução industrial correspondeu uma Revolução Educacional. Aquela colocou a máquina no centro do processo produtivo; esta erigiu a escola em forma principal e dominante de educação, a transmissão, via escola, de conhecimentos técnicos e científicos, corresponde ao aparecimento de novas divisões e novas funções na hierarquia social do trabalho. A incorporação de uma cultura técnico-científica voltada para a preparação profissional aos conteúdos escolares até então essencialmente especulativos e teóricos implica uma revolução, que para Petitat (1994) talvez

seja a mais importante desde a própria aparição da escola. Esta cultura, em um primeiro momento, não encontrou espaço nas escolas então existentes, e surgiram novas instituições: academias, escolas técnicas e profissionais.

De acordo com Azevedo (1996), no Brasil a predominância de uma mentalidade jurídico-profissional, voltada inteiramente para as carreiras liberais e para as letras, a política e a administração faz com que o ensino profissional seja relegado a um plano secundário. De um lado, o encargo dos trabalhos pesados dado inicialmente aos índios e aos escravos; de outro, a espécie de educação que os jesuítas ofereciam criou, no Brasil, uma mentalidade que levou ao desprezo pelo ensino de ofícios onde tal mentalidade imperou ao longo da história educacional brasileira. Essa realidade é vista nos moldes educacionais dos dias de hoje.

Dentro do contexto da industrialização e da revolução dos anos 1930 - 40, no Brasil destaca-se a relação entre trabalho e educação como problema fundamental. De acordo com Romanelli (2012) a Constituição de 1934 foi a primeira a estabelecer a necessidade de elaboração de um Plano Nacional de Educação que coordenasse e supervisionasse as atividades de ensino em todos os níveis. Foram regulamentadas as formas de financiamento do ensino em cotas fixas para a federação, os estados e os municípios, fixando-se ainda as competências dos respectivos níveis administrativos e implantou-se a gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário.

Segundo Ghiraldelli Jr (1994), a constituição de 1937 fez o Estado abrir mão da responsabilidade para com a educação pública, uma vez que ela afirmava o Estado como quem desempenharia um papel subsidiário, e não central, em relação ao ensino. O ordenamento democrático alcançado em 1934, quando a letra da lei determinou a educação como direito de todos e obrigação dos poderes públicos, foi substituído por um texto que desobrigou o Estado de manter e expandir o ensino público.

De acordo com Teixeira (2008) a Carta constitucional de 1937 foi um documento que cuidou do ensino profissionalizante, onde na leitura do artigo 129, verifica-se a existência de distinção entre as escolas destinadas à elite e aquelas

voltadas à população menos favorecida, como aponta a autora na transcrição do referido artigo, no qual podemos ver essas distinções:

À infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurarem, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais. O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. (TEIXEIRA, 2008, p. 157).

Para reforçar a ideia de níveis de ensinos elitizados e reservados as classes pobres, Baptista (1989) destaca que “o ensino profissional recebeu a marca de preconceito: seria destinado às classes menos favorecidas”. Assim, apenas na década de 1940 é que se reforma o ensino secundário no Brasil. Segundo Ribeiro (1981) a partir de 1942 é baixada por decreto-lei as conhecidas “leis orgânicas da educação nacional” para o ensino secundário, o ensino industrial, o ensino comercial, o ensino primário, o ensino normal e o ensino agrícola. A Constituição de 1937, ao determinar que o ensino vocacional e pré-vocacional seja dever do Estado, a ser cumprido com a colaboração das empresas e dos sindicatos econômicos, propiciou a definição das Leis Orgânicas do Ensino Profissional onde acrescenta ainda:

Em 1942, O ensino continuou a ter caráter humanístico, enciclopédico e aristocrático, e os cursos clássico e científico não apresentavam diferenças substanciais, a ponto de serem consideradas opções diferentes. Havia ainda o ensino industrial e o comercial. Quanto ao ensino industrial, de grau médio, estruturado, pela primeira vez, em conjunto, estabeleceu que os cursos industriais estivessem classificados em dois ciclos. O primeiro, por quatro anos - são os cursos industriais básicos, nas escolas industriais, e que formam artífices especializados-e o segundo, com três anos, nas escolas técnicas - são os cursos técnicos - para a formação de técnicos especializados. Previa também, os cursos de mestría, de dois anos, e estágio correspondente aos cursos industriais básicos e cursos pedagógicos na indústria, de um ano, para preparo de professores e administradores. Estabeleceu, ainda, a denominação de escolas artesanais, às escolas mantidas pelos estados. (RIBEIRO, 1981, p. 137).

Nesse período o ensino comercial foi posto em execução através da Lei Orgânica do Ensino Comercial (Decreto-Lei nº 6141 de 28 de Dezembro de 1943): O ensino comercial, por seu turno, ficou organizado com um só curso básico de quatro anos de 1º ciclo e vários cursos técnicos de três anos de 2º ciclo. Foram os seguintes cursos técnicos: comércio, propaganda, administração, contabilidade, estatística e secretariado. Para os empregados do comércio sem habilitação, estavam previstos cursos de especialização para quem já tivesse formação na área (ROMANELLI, 1978).

Para Ghiraldelli Jr (1994), pensar a nova Carta Constitucional de 1946, como liberal, não nos permite imaginar uma sociedade com ampla liberdade, pois na política, por exemplo, nem todos os partidos políticos puderam ter existência legal. Contudo, a Carta de 1946 se comparada à de 1937, ampliou as possibilidades de oferta de escolas, uma vez que, foi criada a obrigatoriedade da assistência educacional, nos diversos sistemas de ensino, para assegurar aos alunos a eficiência escolar.

Dentre os princípios que deveriam ser adotados para o ensino, apontados pela Carta de 1946 destacam-se: a obrigatoriedade do ensino primário, ministrado sempre na língua nacional; gratuidade do ensino primário oficial para todos; obrigatoriedade para as empresas que empregassem mais de cem pessoas manterem ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos destes; provimento das cátedras, no ensino secundário oficial e no ensino superior oficial e particular, mediante concurso de títulos e provas, assegurada a vitaliciedade dos professores assim admitidos (BAPTISTA, 1989).

Segundo Ribeiro (1981) é a partir da década de 1950 que se passou a permitir a equivalência entre os estudos acadêmicos e profissionalizantes. Na década de 1960, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 4024 de 20 de dezembro de 1961) fica estabelecida a completa equivalência entre os cursos técnicos e o curso secundário para efeitos de ingresso nos cursos superiores. As lutas políticas em torno da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estão na origem das Leis de Equivalência que progressivamente equiparam os estudos acadêmicos aos profissionais em termos de prosseguimento de estudos no nível superior.

Assim, para Ribeiro (1981) no Brasil as escolas religiosas se dirigiram ou se interessaram predominantemente pela educação de elementos pertencentes a grupos privilegiados, contribuindo desta forma, para a conservação de tais privilégios. A democratização educacional no Brasil iniciou-se com a República e através da escola pública, sendo esta mais uma razão para a defesa deste tipo de escola. Nesse ponto de vista, o autor concorda que a intervenção do estado no âmbito da educação apresenta um saldo positivo em todas as sociedades modernas.

Assim, vemos que a educação na historiografia brasileira passou por um processo de contínua modernização e avanços em alguns campos ao longo dos anos, e que em cada constituição e leis lançadas novos aspectos, sobretudo positivos, iam sendo acrescentados. A partir de agora veremos como se deu a educação no Brasil a partir do manifesto dos pioneiros da educação nova.

## **2.2 A história da educação no Brasil e os pioneiros da educação nova**

De acordo com Ribeiro (1981) no decorrer da década de 1920, aparecem no Brasil reformas educacionais estaduais em nível primário: a de Lourenço Filho, no Ceará, em 1923; a de Anísio Teixeira, na Bahia, em 1925; a de Francisco Campos Mário Casassanta, em Minas Gerais, em 1927; a de Fernando Azevedo, no então Distrito Federal, em 1928; e a de Carneiro Leão, em Pernambuco, também em 1928. Assim, para o autor, pode-se falar numa "aliança" entre os modelos educacional e econômico-políticos, onde o liberal pragmatismo da Escola Nova influenciava as seguintes reformas pedagógicas:

- A Escola Primária Integral procurava exercitar nos alunos os hábitos de educação e raciocínio, noções de literatura, história e língua pátria, desenvolvendo o físico e a higiene.

- O Ensino Médio integrava o Primário e o Superior, desenvolvendo o espírito científico com múltiplos tipos de cursos.

- Defendia-se a organização universitária, voltada para o ensino, pesquisa e formação profissional, e criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Nestas reformas, segundo Ribeiro (1981), a educação é totalmente desvinculada do contexto histórico, mas acredita-se que ela é um fator crucial e determinante na mudança social, além de as reformas citadas serem regionais e restringirem-se ao curso Primário, já que nos planos Médio e Superior as ideias não chegam a alterar a organização e funcionamento nestes níveis, ainda que houvesse a defesa da organização universitária.

A história da educação nova no Brasil, portanto, começa na década 1930, quando é criado o Ministério da Educação e Saúde quando é organizado o sistema universitário e a reforma do ensino secundário. Onde esse teve o privilégio de ganhar organicidade de currículo seriado, a frequência obrigatória, dois ciclos, um fundamental de cinco anos e outro complementar de dois anos, e a exigência de habilitação neles para ingresso no curso superior. No superior, a reforma foi mais a nível administrativo. A situação política insegura vivida pelo Brasil no início da década de 1920, a insatisfação das massas, o descontentamento de setores políticos, levam o governo federal a não tomar medidas imediatas que visassem uma organização de plano de governo. E a demora de tomada de medidas no campo educacional leva o descontentamento àqueles educadores que participaram das reformas na década de 20, os quais assinam, em 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (RIBEIRO, 1981).

Para Ghiraldelli Jr (2009) Foi através desse Manifesto, redigido por Fernando de Azevedo que se tornou a mais autêntica e sistematizada concepção pedagógica, indo da filosofia da educação até formulações pedagógico-didáticas, passando pela política educacional. Ostentando o significativo subtítulo “A reconstrução educacional do Brasil – ao povo e ao governo”, o texto do Manifesto inicia dizendo que dentre todos os problemas econômicos poderiam disputar a primazia com o problema educacional. Isso porque, se a evolução orgânica do sistema cultural de um país depende de suas condições econômicas ou de produção sem o preparo intensivo das culturais e o desenvolvimento das aptidões às invenções e à iniciativa que seriam os fatores fundamentais do acréscimo de riqueza de uma sociedade.

Nesse sentido, Xavier (2002) explicita:

Ao defender a universalidade de acesso à educação em todos os seus ramos e graus a todos os cidadãos, independente das diferenças sociais e das diferenças de sexo (coeducação), a Educação Nova deixa predominar apenas as diferenças marcadas pelas “aptidões naturais determinadas pelos caracteres biológicos de cada indivíduo” assegurando, dentro da instituição escolar, a possibilidade de preservação da personalidade individual em meio ao público que se constituía no interior da escola, para, em seguida, expandir-se pelos demais setores da vida social. (XAVIER, 2002, p.63)

Segundo Paulo Ghiraldelli, o documento de 1932 toma como ponto de partida a premissa de que a educação varia sempre em função de uma concepção de vida, refletindo, em cada época, a filosofia predominante que é determinada, a seu turno, pela estrutura da sociedade. Lembrando que cada classe tem suas opiniões particulares sobre a educação, afirma que um longo olhar para o passado, “nos permite perceber que o ideal a ser alcançado pela educação varia segundo cada época, sempre de acordo com a estrutura e as tendências sociais, extraíndo sua vitalidade da própria natureza da realidade social” (GHIRALDELLI JR, 2009, p. 43).

Para Cunha (1997) o Manifesto dos Pioneiros identifica a existência, no Brasil, de dois sistemas paralelos e divorciados de educação, fechados em compartimentos estanques e incomunicáveis, o sistema de ensino primário e profissional e o sistema de ensino secundário e superior teriam diferentes objetivos culturais e sociais, constituindo-se, por isso mesmo, em instrumentos de estratificação social. A escola primária e a profissional serviriam à classe popular, enquanto que a escola secundária e a superior à burguesia. Assim, Ciavatta (1990) complementa:

O trabalho e o assistencialismo constituem-se fundamentos de processos educativos associados à ‘escola do trabalho’, segundo dois eixos fundamentais: a regeneração pelo trabalho e o trabalho para a modernização da produção (CIAVATTA, 1990, p. 328).

Neste contexto histórico, de acordo com Ribeiro (1981) no Brasil, percebe-se, pela primeira vez, educadores de profissão que denunciam o analfabetismo e outros problemas da educação. O escolanovismo brasileiro procura buscar na Europa suas origens, onde já no século anterior uma sociedade industrializada se

preocupava com a individualidade do aluno. Os pioneiros da Escola Nova no Brasil defendem o ensino leigo, universal, gratuito e obrigatório, as reorganizações do sistema escolar sem o questionamento do capitalismo dependente enfatizam a importância do Estado na educação e desta na reconstrução nacional. Como soluções para os problemas do país apelam para o humanismo científico-tecnológico, ou seja, convivência harmoniosa do homem com a máquina, criando-se condições para que os indivíduos convivam com a tecnologia e a ciência, fazendo-os entender que tudo isto está a serviço e disponibilidade do homem. Complementando assim:

A influência dos escolanovistas foi marcante, e a ação de educadores como Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, trouxe para a realidade educacional brasileira, ideias e técnicas pedagógicas dos Estados Unidos da América, representadas pela filosofia educacional de John Dewey. Um aspecto negativo do pensamento dos pioneiros é que a realidade brasileira era totalmente adversa da realidade americana ou europeia. “ao proporem um novo tipo de homem para a sociedade capitalista e defenderem princípios ditos democráticos e, portanto, o direito de todos se desenvolverem segundo o modelo proposto de ser humano, esquece o fato fundamental desta sociedade, que é o de estar ainda dividida em termos de condição humana entre os que detêm os meios de produção, isto é, entre dominantes e dominados” (RIBEIRO, 1981, p. 116).

De acordo com Bomeny (1993) quanto à figura de Anísio Teixeira e a influência de Dewey no movimento escolanovista, observa-se que "Identificado com o modelo norte-americano da Escola Nova, pregaria ao longo da vida a emancipação do indivíduo, a liberdade de pensamento, o incentivo aos talentos e vocações individuais". O escolanovismo foi um movimento de renovação escolar que passou a ser conhecido pela adesão aos progressos mais recentes da psicologia infantil, que reivindicava uma maior liberdade para a criança, respeito às características da personalidade de cada uma, nas várias fases de seu desenvolvimento, colocando no "interesse" a centralidade do processo de aprendizagem. Era o que Dewey chamava a verdadeira revolução, "a revolução copernicana", em que o centro da educação e da atividade pedagógica passava a ser a criança, com seus motivos e talentos próprios, e não mais com a vontade imposta pelo educador.



Nesse contexto, para Xavier (2002) o manifesto da educação representa "um momento significativo do processo de especialização e autonomização do campo educacional". Essa iniciativa configurava um objetivo central: a escola acessível e gratuita aos cidadãos, em todos os seus graus. O próprio Manifesto constituía um "apelo" ao Estado e à sociedade, buscando uma ação nacional que mobilizasse a população em relação aos problemas sociais e gerasse vontade de mudança. Tal mudança, dentro do contexto de um novo governo, o governo Provisório de Getúlio Vargas, idealizava um plano geral de educação que promovesse uma organização da estrutura orgânica, com vistas a três eixos norteadores: a laicidade, a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino.

O manifesto da escola nova foi montada, na sua estrutura tradicional, para a classe média (burguesia), enquanto a escola primária servia "a classe popular, como se tivesse uma finalidade em si mesma, a escola secundária ou do 3º grau não forma apenas o reduto dos interesses de classe, que criaram e mantêm o dualismo dos sistemas escolares". É ainda nesse campo educativo que se levanta a controvérsia sobre o sentido de cultura geral e se põe o problema relativo à escolha do momento em que a matéria do ensino deve diversificar-se em ramos iniciais de especialização (XAVIER, 2002, p.91).

Assim, a escola secundária é nas reformas escolares, o ponto crítico da questão que segundo Xavier (2002) ao problema do ensino secundário, levantando os obstáculos opostos pela escola tradicional à interpenetração das classes sociais, se inspira na necessidade de adaptar essa educação à diversidade nascente de gostos e a variedade crescente de aptidões que a observação psicológica registra nos adolescentes e que "representam as únicas forças capazes de arrastar o espírito dos jovens à cultura superior".

Portanto, o manifesto dos pioneiros da educação nova no Brasil tornou-se o marco inaugural do projeto de renovação educacional do país, além de constatar a desorganização do aparelho escolar, propôs que o Estado organizasse um plano geral de educação e defendia a bandeira de uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita, em um país onde a oportunidade de acesso à escola de qualidade era privilégio de poucos. Partiremos agora para o

estudo da conjuntura educacional do Piauí, sua formação e suas características principais.

### **2.3 História da educação no cenário piauiense**

No início do século XVII, apesar do Piauí não possuir delimitações precisas, o mesmo apresentava condições físicas excelentes para a criação do gado – pastos naturais, recursos hídricos e salubridade do clima – e relativa oferta de produtos coletáveis de caça, facilitando a sobrevivência da população, fatos atestados pela grande quantidade de tribos indígenas fixadas na região e a possibilidade de penetração linear do território que, diferente de facilitar a comunicação, facilitou sua exploração e fixação (PIAUÍ, 1979). No entanto, não se tem uma definição precisa dos motivos que levaram a pecuária a ser um dos grandes responsáveis pela colonização do Piauí, mas Brandão (1995) sugere algumas possibilidades, afirmando que no Piauí,

Não se apresentaram muitas opções à valorização do território. O extrativismo vegetal e mineral tornava-se quase impossível em virtude das limitações quanto ao potencial natural das drogas e metais nobres. Também a inexistência de grandes extensões de solos agricultáveis e a distância a ser percorrida até os portos marítimos, inviabilizavam o cultivo da cana para a fabricação do açúcar. A escolha da pecuária como atividade principal talvez tenha resultado da observação aos caracteres físicos regionais e ao fato de os currais já virem adentrando o sertão. Mas é provável, ainda, que a capacidade da criação bovina de ocupar vasta área em tempo relativamente exíguo, com reduzido número de pessoas e pouco capital tenha influído na escolha (BRANDÃO, 1999, p. 46-7).

A partir do século XVIII o Piauí consolidou-se como principal potência pecuarista do Brasil, pois de acordo com Prado Júnior (2004):

O fato é que no Piauí contando com os seus grandes rebanhos, os maiores e melhores rebanhos do Norte, e com uma via cômoda de transporte como o rio Parnaíba, suplantou todos os seus concorrentes e dominará o mercado colonial de carne seca

até ser suplantado, nos últimos anos do século, pelo charque rio-grandense. (PRADO JÚNIOR, 2004, p.196)

De acordo com Brandão (1995) o modelo econômico implantado no Piauí exigia pouca especialização de sua mão de obra, sendo mínima a intervenção humana. A instalação das fazendas de gado exigia, no entanto, amplas áreas de terras, surgindo assim extensos latifúndios no Piauí, que viriam a ser uma das principais características do estado do Piauí (Brandão, 1995) – presença que ainda se faz sentir – e que para serem instaladas deveriam ser “conquistadas” dos povos indígenas que aqui habitavam. Observa-se, assim, a necessidade da formação de verdadeiros exércitos para implementarem “guerra justa” contra o indígena.

É nesse contexto que a história da educação no Piauí se retrata, uma vez que seu processo de desenvolvimento social, político e econômico foi bastante marcada de forma arbitrária no sentido de ser um dos estados federativos menos desenvolvidos nesses aspectos. Assim, de acordo com Brito (1996), o primeiro momento da educação no Piauí foi a Implantação. Capitania, Província ou Estado do Piauí, independente da denominação recebida como entidade política, à educação formal nunca foi posta como prioridade de seus governantes, e se dera de modo lento, insuficiente para o atendimento da população e permeada de criações e extinções de escolas, devido à própria organização da produção e do trabalho neste Estado e ao modo como este vai se povoando.

Para Costa (1974) a condição da educação pública no Piauí no início do período imperial era de abandono. Porém, em cumprimento a Lei Geral do Ensino de 1827, inicia um processo de criação de escolas. No curto mandato do Presidente da Província, João José Guimarães e Silva (15/02/1829 a 17/02/1831) foram criadas escolas de primeiras letras em Oeiras, capital da Província, e em outras localidades como Jaicós, São Gonçalo, Poti, Campo Maior, Barras, Jerumenha, Valença e Parnaguá, Parnaíba, Piracuruca, Marvão e Piranhas. Foram também criadas cadeiras de Latim em Oeiras, e nas vilas de Parnaíba e Campo Maior.

Nesse sentido, de acordo com Alencastre (1981) o ensino público no Piauí começa a tomar corpo. No entanto, com o aumento do número de escolas surge também a dificuldade de encontrar professores com condições mínimas para

exercer a profissão docente. As escolas da Província, dessa época, eram ministradas por:

[...] inábeis professores, porque homens inteligentes e ilustrados não se queriam sujeitar à sorte precária do magistério – como que a instrução corria à revelia, árida e improfícua. As cadeiras de instrução maior viviam em completo abandono, e os que aceitavam, ou não eram habilitados, ou mal cumpriam com seus deveres (ALENCASTRE, 1981, p. 90)

A Lei Geral do Ensino de 1827 recomendava que as escolas adotassem o método de ensino mútuo ou monitorial. Este método segundo Azevedo (1976) apresenta as seguintes características:

Cada grupo de alunos (decúria) era dirigido por um deles (decurião), mestre da turma, por menos ignorante, ou se o quiserem, por mais habilitados. Por essa forma em que o professor explicava aos meninos e estes divididos em turmas, mutuamente se ensinavam, bastaria um só mestre para uma escola de grande número de alunos (AZEVEDO, 1976, p.1976)

Para Reis (2009) A opção pela adoção oficial desse método pedagógico nas escolas brasileira tinha como finalidade diminuir os custos com a educação levando a instrução primária a um grande número de pessoas sem a necessidade de muitos mestres. No Piauí, como em muitas escolas brasileiras, a adoção desse método não logrou êxito, principalmente pela falta de conhecimento e domínio em sua aplicação. Isso levou a aprovação da Lei Provincial nº 86, de 20 de setembro de 1838 permitindo que as cadeiras de 1º letras funcionassem interinamente utilizando o método simples. Sobre o método simples, Reis (2009) enfatiza:

Através deste método o professor, numa mesma classe, atendia alunos em estágios diferentes ensinando-os individualmente de acordo com o ritmo de cada um. Sua preferência se dava pelo fato de já ser uma prática comum bastante conhecida dos professores, mesmo tendo o inconveniente de causar indisciplina, exigir maior esforço e dedicação dos professores e demandar mais tempo com o atendimento individual. Por outro lado este método proporcionava um estreito relacionamento entre professor e aluno. (REIS, 2009, p.101)

A Constituição Imperial foi alterada pelo Ato Adicional de seis de agosto de 1834 responsabilizando as províncias pelo ensino primário e secundário. Essa decisão, no campo educacional, levou “ao extremismo de uma descentralização desagregadora da unidade nacional e pulverizadora do ensino brasileiro”. conforme opinião de Tobias (1986, p.156). O ensino ficou desmembrado em dois níveis, federal e provincial, dificultando a unidade do ensino público no âmbito nacional gerando uma desorganização e desarticulação que perdurou por todo o período Imperial (AZEVEDO, 1976).

De acordo com Reis (2009) o Ato Adicional veio complicar a situação de precariedade da educação no Piauí, pois sendo uma província pobre não tinha condições de responsabilizar-se sozinha na promoção da instrução pública, como outras províncias que apresentavam melhores condições econômicas. Vencida a primeira década do período imperial, o Piauí apresentava, em 1834, um número de 14 escolas de 1º letras, dessas somente sete contavam com professores. Nessa época, a instrução secundária funcionava precariamente e estava reduzido às aulas avulsas de latim em Oeiras, Campo Maior e Parnaíba. Assim, a Província ressentia-se de pessoas habilitadas para compor os cargos da administração pública e a saída foi enviar estudantes e funcionários públicos como pensionistas da província para cursarem seus estudos literários e científicos em outras localidades do país que oferecessem tais condições.

As escolas, daquela época, eram submetidas a um regime disciplinar rígido sendo comum o uso da palmatória. Para Reis (2009):

O castigo físico era condizente com a única forma social reconhecida de manifestação da autoridade, espelhava a brutalidade das relações de domínio da época, na política, no trabalho, no exército, na família e no casal; a palmatória, no imaginário social, comportava-se como um emblema da profissão docente, enquanto expressão do direito legítimo de comando, uma espécie de crédito moral suplementar emprestado aos mestres pelas famílias. Era uma forma de impor uma disciplina rígida, e para o professor, a maneira mais rudimentar, e também a mais espetacular e fácil, de colocar sua autoridade em prática (REIS, 2009, p. 106-107).

Nas escolas públicas do Piauí, os castigos corporais foram proibidos em 1864, no entanto essa prática permaneceu por todo período Imperial, ainda se

fazendo presente no início do período republicano, pelo menos em algumas escolas particulares.

Para Reis (2009) o uso da palmatória era comum no ambiente familiar e sua utilização na escola, como instrumento disciplinador, contava com o apoio dos pais, uma vez que a escola era tida como a extensão do lar.

Em 1845, o Piauí contava com 16 escolas públicas, de ensino primário, para o sexo masculino, 340 alunos, e três para o sexo feminino, com 41 alunas (NUNES, 1974). Em Teresina, cidade que contava com escolas particulares de afamada reputação, “quase que só os meninos da classe média iam às aulas da Província. Os meninos ricos estudavam de preferência nas escolas particulares, onde o aproveitamento era mais rápido e sensível” (CHAVES, 1998).

Em razão da precária situação do ensino público no Piauí, surgiram inúmeras iniciativas privadas, que encontram no trabalho de Pe. Marcos de Araújo Costa, uma de suas significativas experiências. Nesse período, Pe. Marcos, descendente de família portuguesa, abandona Oeiras, então capital piauiense, e organiza em sua fazenda de nome Boa Esperança, a 12 km da antiga Aldeia de Cajueiro, atual cidade de Jaicós, um estabelecimento de ensino primário e secundário, recebendo, gratuitamente, alunos de diferentes classes sociais, transpondo os limites do Piauí e atraindo alunos de províncias vizinhas. Além deste, outros sacerdotes desenvolveram trabalhos bem sucedidos, mas sem a mesma amplitude, mas sua experiência estimula o surgimento de outras escolas mantidas por iniciativa privada de clérigos e de proprietários rurais interessados em oferecer as primeiras letras aos filhos. Assim surgem vários *professores ambulantes* ou *mestres-escolas* que ministraram aulas nas casas dos proprietários rurais ou em locais adaptados, sendo estas escolas predominantemente rurais (BRITO, 1996).

Nunes (1975) contabilizou que, no ano de 1844, a Província do Piauí contava com, pelo menos, 28 escolas particulares:

Encontramos em papéis de 1844 arquivados na Casa Anísio Brito o registro destas escolas localizadas mais na zona rural que nas sedes municipais. Em Valença, por exemplo, havia 9 escolas particulares, em Barras 7, Piracuruca 3, em Príncipe Imperial 2, uma na sede e outra em Pelo Sinal, Parnaguá com 7 distribuídas pelos povoados assim: 4 em Paraim, uma em Gilbués, uma em

Curimatá e outra, certamente na sede municipal. Provavelmente tinham escolas particulares em todos os municípios (NUNES, 1974, p. 48).

Para Costa Filho (2000), as formas alternativas de ensino formal eram uma constante no Piauí do século XIX que, paralelamente ao ensino oficial, desenvolveram-se experiências capazes de atender aos interesses dos diferentes grupos sociais. Exemplo é o sistema dos mestres ambulantes que se deslocavam pelas cidades, vilas e povoados, ensinando a ler, escrever e contar, além de outras práticas cotidianas necessárias à sobrevivência individual e coletiva. Para este autor, no século XIX, o sistema oficial de ensino logrou êxito, pois atendeu aos interesses dos grupos sociais de elite, fim para qual foi criado.

Evidenciando, dessa maneira, que durante o Império as formas alternativas de ensino tiveram maior parcela de responsabilidade na difusão do ensino do que o sistema oficial, pois:

No Piauí, entre 1850 e 1890, a maior manifestação educacional deu-se através dos mestres ambulantes, que levaram por toda a Província o ensino de primeiras letras e de práticas cotidianas necessárias à vida no meio rural, bem como repassavam às novas gerações os valores e os princípios da sociedade do sertão nordestino (COSTA, 2006, p. 148).

Quando o Presidente Saraiva mudou a sede da Província do Piauí, de Oeiras para Teresina, em 1852, autorizou também a transferência do Liceu para a nova capital. Conforme Olímpio (1993) citado por Reis (2009), em Teresina o Liceu:

A princípio, sem prédios para alojá-lo, funcionou precariamente na residência dos professores. Posteriormente passou a funcionar em prédios públicos, mudando constantemente de endereço. Chegou a ser extinto para logo depois ser reaberto; sofreu a angústia da inadequação entre os aspectos legais e reais, mas sobreviveu. Recebeu várias denominações: originalmente Liceu Provincial, nome dado pelo seu fundador, Zacarias de Góis; logo depois, até por volta de 1940, passou a ser chamado de Liceu Piauiense; mudou temporariamente para Ginásio Oficial do Piauí e depois, em 1943, para o Colégio Estadual do Piauí. Por fim, num gesto de reconhecimento pelo empenho de seu idealizador, recebeu o nome de Colégio Zacarias de Góis, sugerido pelo diretor de então, Arimatéa Tito Filho, por ocasião do aniversário de 110 anos de sua fundação. No entanto, preso na memória dos

piauienses, todos insistem em chamá-lo simplesmente de Liceu (REIS, 2009, p.131).

Muitas fontes permitem vislumbrar alguns aspectos da educação primária, particularmente com se exercia no interior do Estado nesse período. O quadro herdado do Império não se modificou de forma substancial ao longo do tempo – quer no que se refere ao aspecto material, quer quanto às interferências políticas no exercício da profissão. (QUEIROZ, 2008). Ainda de acordo com a autora, possivelmente a situação da educação imperial fundamentada nas formas alternativas de ensino permaneceu ainda por muito tempo, fundamentada na forma de aulas particulares avulsas, como enfatiza a autora:

As aulas particulares de instrução primária e de matérias isoladas da instrução secundária foram uma constante no panorama educacional do Piauí desde a primeira metade do século XIX. Elas existiram em grande número em Teresina, bem como nas vilas e fazendas, pois a instrução pública no interior era ainda mais deficiente do que na capital (QUEIROZ, 2008, p. 45).

Deste modo, Queiroz (2008) destaca a falta de estrutura da ação pública em promover a educação, quer na capital, quer no interior e apesar de ter surgido diversas reformas no ensino, houve pouca alteração nas condições objetivas, materiais, que possibilitaram mudança efetiva no panorama educacional do Piauí definindo e caracterizando assim, o quadro escolar do período de 1880 a 1930:

[...] número reduzido e mais ou menos estável de escolas, inexistência de prédios escolares, mobiliário e material escolar compatível com o ensino proposto; professores na maior parte inabilitados; índice alto de evasão escolar; relação muito baixa entre população em idade escolar e alunos frequentando escolas (QUEIROZ, 2008, p. 98).

Nesse sentido, Queiroz (2008) refere-se às condições socioeconômicas do Estado naquele período como um fator que não propiciava a dinamização do sistema escolar, visto como estado pobre, com baixa densidade demográfica, o Piauí contava com uma população escolar na maior parte sem condições concretas de afluir às escolas dos povoados e vilas. Portanto, vemos que os fatores econômicos influenciaram e se refletiram no processo de formação da



educação no estado do Piauí, causando um relativo atraso desta em relação a de outros estados do país.

### **3 HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO EM FRANCISCO SANTOS (1935-1960)**

Para dar início ao estudo da educação no município de Francisco Santos-Piauí convém buscarmos informações de como se deu a origem do mesmo, observando alguns aspectos históricos, econômicos e sociais em torno da criação para entendermos as bases em que a educação escolar se constituiu no referido município.

Antes de iniciarmos o estudo do processo de formação da educação no referido município é preciso que façamos alguns traçados informativos sobre alguns de seus aspectos como localização geográfica, situação do mesmo na atualidade e principalmente, seus aspectos econômicos que assim como no Piauí, influenciou de modo significativo o atraso da educação e se refletiu também no que se refere ao ensino voltado inicialmente para as camadas de elite.

Francisco Santos é um município do estado do Piauí localizado na mesorregião do sudeste piauiense e microrregião do Pio IX. Conta com uma população de 8.592 habitantes, segundo o censo de 2010 do IBGE. A seguir veremos um mapa com sua localização geográfica:



**Figura 1:** Mapa com a localização da cidade

**Fonte:** maps.google.com.br.

A economia do município desde seus primórdios se deu em torno da agricultura feita em pequena escala de alguns produtos de subsistência. Só a partir de 1950, cresceu e se desenvolveu na medida de suas necessidades e exigências, inaugurando sua fase comercial, que girava em torno de poucas “bodegas”, duas lojas de tecidos e de alguns armazéns de compra a grosso de produtos agrícolas da terra. Os agricultores vendiam o excedente de sua produção e os principais produtos da pauta eram: milho, feijão, goma, farinha, cera de carnaúba e o alho, produto que trouxe reconhecimento ao cidadão franciscossantense no âmbito do comércio. De meados da década de 1980 para cá (economia atual), os principais produtos colhidos são: feijão, mandioca, caju, milho, cebola, batata doce e melancia. O modo de organização comercial e de sistema de plantio pode ser melhor observada na citação a seguir:

A totalidade de estabelecimentos constitui propriedade individual, não se verificando a existência de condomínios, sociedades anônimas, cooperativas, nem outras formas de propriedade. Não existem latifúndios. Está presente, porém, e tende a agravar-se o problema do minifúndio, em razão das sucessivas subdivisões das

propriedades em decorrência das transmissões das heranças. O cultivo da terra é feito pelos proprietários, ocorrendo também em larga escala a participação de parceiros e ocupantes. É praticamente inexistente a figura do rendeiro. (SILVA NETO, 1985, p. 19)

Assim, como vimos na parte deste trabalho que tratou sobre a educação no Piauí, e de acordo com autores como Teresinha Queiroz e Alcebíades Costa Filho, vemos que o modelo econômico desenvolvido no Piauí refletiu-se na educação de todo o estado, e, por conseguinte, no pequeno município de Francisco Santos, onde esta rápida caracterização econômica delinea sua composição e dinâmica social.

### **3.1 A origem do Jenipapeiro e as primeiras formas de ensino**

O município de Francisco Santos, segundo Silva Neto (1985), tem suas origens, respectivamente, na data e no povoado Jenipapeiro. Segundo a tradição oral, a ocupação da terra teve início em 1818, e a razão do topônimo foi a grande abundância de jenipapeiros na área, à época em que ali se fixaram os primeiros habitantes. Estes, segundo os poucos registros escritos que se apoiam em tradição oral, foram nove baianos, ali aportados no início de 1818:

O grupo era formado por dois casais, Rosa Maria Rodrigues e Policarpo Rodrigues Chaves, Isabel Mara Rodrigues e Antônio Rodrigues da Silva; Maria Vitória e seu filho solteiro, Salvador Rodrigues Chaves; João da Cruz, Teresa e Anacleto, escravos de Maria Vitória (SILVA NETO, 1985, p.5).

Exatamente um século depois do início do povoamento, em 1918, foi construída a primeira capela e em torno dela cresceu o arraial que, 17 anos depois, em 1935, era elevado a categoria de povoado, com a mesma denominação da fazenda. Após criado o município, este mudou o topônimo para Francisco Santos, em homenagem ao Cel. Francisco de Sousa Santos, talvez o filho mais ilustre da terra, grande político que durante décadas foi líder e

conselheiro de toda a população jenipapeirense, foi um benfeitor para todos os conterrâneos que lhe batessem às portas. A seguir, uma fotografia do mesmo.

**Figura 2:** Coronel Francisco de Sousa Santos.



Fonte: Livro “Jenipapeiro: A Terra dos espiritados”.

A data oficial de instalação da cidade de Francisco Santos, antigo povoado de Jenipapeiro, desmembrado do município de Picos é 24 de Dezembro de 1960. Vemos a seguir uma descrição de como se deu a ocasião da festa de inauguração do município:

A festa para receber o governador e sua comitiva fora preparada com esmero. Ruas enfeitadas de bandeirolas, desde o largo da igreja até o final da Rua do Tetéu, na entrada da cidade, banda de música contratada em Picos para a recepção, e baile logo mais à noite, além de lauto banquete para as autoridades (SILVA, 2010, p. 136).

Vejamos também a seguir a ata de instalação do município de Francisco Santos que ocorreu no mandato do governador Chagas Rodrigues, mas que na ocasião, mesmo sendo bastante esperado pela população franciscossantense, não apareceu na data alegando que “não iria tomar de seus cuidados para, numa

data desta, véspera de natal, vir a uma festa em Jenipapeiro” (SILVA, 2010,p.137). O Dr. Caio Vaz de Oliveira, juiz de direito da comarca de Picos, representando o governador, recebeu as chaves da cidade e cortou a fita simbólica. No Dia 24 de Dezembro de 1960 Francisco Santos é elevado à categoria de cidade, e seu primeiro prefeito foi Roldão dos Santos Rodrigues. Nos anexos deste trabalho, veremos a ata de instalação do município de Francisco Santos.

Após vermos como se deu a origem e o processo de emancipação de Francisco Santos, passemos agora a tratar de como se deram as primeiras formas de ensino neste município. A atuação dos profissionais leigos (pessoas com certo grau de instrução contratados para alfabetizar, porém não eram diplomados) da educação, caracterizou o ensino em Francisco Santos como sendo alternativo em seus primeiros anos, a partir de 1935, ano de elevação à categoria de povoado com o nome de Jenipapeiro.

Os “mestres-escolas” como eram conhecidos inicialmente, atuavam na maior parte na zona rural do município de Francisco Santos, nas residências dos alunos, mas também atuavam na zona urbana quando o estado passou a disponibilizar algumas salas de aula, e a partir deste período, já acontecia de forma remunerada pelo estado.

A respeito de quem seriam estes “mestres” em 1935, estes eram pessoas instruídas e que dominavam a leitura e a escrita, mas não eram diplomados. Estes eram contratados pelos pais para ensinar os saberes básicos da educação (ler, escrever e contar). É o que vemos no trecho a seguir:

[...] o que iremos encontrar nesse período são as formas alternativas de ensino como as aulas ministradas nas casas das famílias, onde quem executava o papel de professor muitas vezes, era uma pessoa mais velha da comunidade que demonstrava sabedoria e impunha respeito diante dos habitantes de maior poder aquisitivo, que a então contratava para ensinar as primeiras lições aos filhos (ROCHA, 2011, p.26).

As formas alternativas de educação como aborda Alcebíades Costa Filho, “apresentaram-se como uma saída para a maioria da população, já que esta habitava na zona rural”. Este foi um dos fatores para que este tipo de ensino

permanecesse por muitos anos no Piauí, e conseqüentemente em seus povoados, vilas e cidades.

De acordo com Vieira (2005), entende-se que as primeiras formas de ensino de Jenipapeiro se deram de maneira informal, uma vez que, o povoado estava sobre jurisdição político-administrativa de Picos e pelo que podemos observar iniciou o período republicano com a educação oficial limitada a duas cadeiras de primeiras letras localizadas na sede, já as fazendas ficavam sob a responsabilidade dos mestres ambulantes.

Picos aproximava-se do século XX, com extrema simplicidade, um município com 6.823 km de extensão, tendo como sede do território uma cidade criada pelas exigências da República, que manteve, no arrastar dos séculos, suas feições de comunidade rural [...] as atividades formais de ensino continuavam as mesmas desde os tempos de vila: duas cadeiras de primeiras letras, uma para cada sexo, ambas localizadas na sede do município, ficando as fazendas e, povoados da região, provavelmente, sob os cuidados dos mestres ambulantes. (VIEIRA, 2005, p.56-57)

Segundo o conhecimento de alguns entrevistados (filhos da terra) que têm certo conhecimento sobre a educação no município no referido recorte temporal (1935-1960) e também na atualidade, é possível observar um discurso semelhante entre eles. Vejamos como se caracterizava a educação de Francisco Santos antes da emancipação desta cidade na visão do escritor João Erismá de Moura:

Havia um aumento progressivo de transmissão de conhecimentos disseminado pelos pais aos seus filhos, obviamente entre aqueles mais cultos bem informados. Nos primórdios da formação do município a educação era ministrada de maneira acanhada<sup>1</sup>.

De acordo com a professora Rosa Maria de Araújo Lima, esta se caracterizava da seguinte forma:

Os pais de família mantinham professores particulares para seus filhos e conterrâneos, estes professores eram contratados apenas

---

<sup>1</sup> MOURA, João Erismá de. Entrevista concedida em 02 de Janeiro de 2014 á Gleycelene Maria da Silva Santos Nóbrega, Francisco Santos – PI.

por alguns meses, o tempo suficiente para que a maioria dos alunos aprendesse a ler, escrever e contar<sup>2</sup>

Por fim, segundo a professora e escritora Rosa Isaura Santos, “Os pais pagavam professores particulares, que davam aulas nas casas, e depois em escolinhas mantidas pelo estado, em pequenas salas de aula ou armazéns<sup>3</sup>”.

Enfim, o acesso à educação nos primeiros anos do povoado Jenipapeiro foi marcado pela predominância do ensino para os filhos da elite local, já que os mestres eram pagos e numa cidade economicamente pobre, apenas os filhos de fazendeiros, donos de terras ou de gado poderia desfrutar dessas aulas. Alguns agregados, afilhados, filhos de empregados iam pegando um pouco do saber desses mestres pela disseminação dos que já sabiam ler, escrever e contar, e outros tinham suas aulas pagas por seus patrões. Posteriormente, as aulas foram sendo pagas pelo estado, com o funcionamento de algumas turmas.

### **3.2 A Educação em Francisco Santos PI**

Retomando o ponto de enfoque desta pesquisa para a temática do ensino em Francisco Santos, vemos como se iniciou este processo na referida cidade ainda em 1935:

Jenipapeiro conheceu sua primeira sala de aula mantida pelo poder público- o estado, em 1935, cento e dezessete anos após o início de sua história. Era apenas uma turma multisseriada, com seus 30 a 40 alunos. Maria Rodrigues dos Santos, D. Mariinha, foi nossa primeira professora pública. Com ela, eu e muitos de minha geração iniciamos as lides da inteligência. (SILVA NETO, 1985, P.74)

Segundo João Bosco da Silva “desde os primórdios e até pouco depois de sua elevação à categoria de povoado em 1935, o processo educacional em Jenipapeiro, como de resto em todo o país, deu-se de forma assistemática e precária” (SILVA, 2010, p.95).

---

<sup>2</sup> LIMA, Rosa Maria de Araújo. Entrevista concedida em 11 de Junho de 2014 à Gleycelene Maria da Silva Santos Nóbrega, Francisco Santos – PI.

<sup>3</sup> SANTOS, Rosa Isaura. Entrevista concedida em 10 de Junho de 2014 à Gleycelene Maria da Silva Santos Nóbrega, Francisco Santos – PI.



São inúmeras as histórias sobre como se deu a educação em Francisco Santos, sobre a inteligência de seu povo, e o interesse dos pais em proporcionar alguma instrução aos seus filhos. Muitos dos habitantes desta pequena cidade que atualmente conta com 8.592 habitantes (fonte IBGE), conseguiram se projetar através da educação na política, no comércio, no magistério, no sacerdócio, na literatura, na poesia e no cordel.

Muitos daqui saíram e se firmaram lá fora. Destes, alguns progrediram na educação formal atingindo o nível da pós-graduação. Outros, guiados apenas pela inteligência, quase sem recursos da educação formal, leram e aprenderam na escola da vida, granjearam o apoio e a admiração dos coevos, se constituíram líderes e condutores de muitos (SILVA NETO, 1985, p. 74).

O ensino oficial e sistematizado demorou a chegar ao município, e veio sem a rapidez com que se fizera em outras partes do país e do estado. Para nós, elas viriam devagar e tímidas, e isso deveu-se em grande parte ao sistema econômico baseado sobretudo no setor primário (agricultura e pecuária), que não requeria maiores instruções de sua população. Perguntados se a educação ministrada de 1935-1960 poderia ser considerada como forma de ensino alternativo, os entrevistados assim responderam: “Levando-se em consideração as dificuldades da época foi o único modelo de educação existente na região” (João Erismá de Moura). “Sim, ainda não havia uma boa estruturação” (Rosa Isaura Santos).

Algumas pessoas que não tinham acesso à educação nesse período conseguiam às vezes aprender os fundamentos básicos da educação, como leitura, escrita e contagem. Essa façanha era alcançada, segundo o entrevistado João Erismá de Moura, pelos seguintes motivos:

Através de uma determinação muito grande, aliada a um senso de curiosidade e desejo pelo saber conseguiram, alguns como autodidatas, adquirirem conhecimentos e vencerem na vida. Vizinhos, amigos e os mais velhos iam transmitindo o que sabiam aos mais próximos<sup>1</sup>.

Voltando para a educação franciscossantense na atualidade, é possível observar que esta oferece condições muito melhores aos alunos, com escolas em

boas condições, professores capacitados, meios de acesso a todos, transporte, alimentação, material didático, tudo muito diferente de antigamente. Porém, é preciso melhorar quanto ao interesse e dedicação de todos: família, educandos e organização. No ponto de vista de João Erismá de Moura, a educação do município de Francisco Santos hoje está assim:

Como todo o país carece de bons professores, recursos didáticos, bons colégios e recursos educacionais. No entanto, a classe estudantil interessada e dedicada consegue bons empregos nas cidades grandes e aprovações em diversos concursos públicos<sup>1</sup>.

Finalizando, sobre a atual situação da educação em Francisco Santos em dados do caderno "*Francisco Santos é assim...*":

A educação municipal é coordenada pela Secretaria Municipal de Educação e pelo Conselho do FUNDEF. A rede municipal atende ao Nível Infantil e Fundamental, tendo 18 escolas na Zona Rural, com matrículas de 1º a 8º séries e seis creches que atendem a 150 crianças. Há também escolas de jovens e adultos. A Rede Estadual abrange os níveis de ensino: pré-escolar, ensino fundamental-crianças, jovens e adultos, ensino médio, tendo 64,33% das matrículas e 58,33% dos estabelecimentos de ensino, todos localizados na zona urbana e dois deles funcionando nos três turnos-manhã, tarde e noite (SANTOS, 2007, p.38).

Assim, é possível observar que a educação no município de Francisco Santos se constituiu de forma lenta, como um reflexo da realidade em que estava inserido o próprio estado do Piauí. Mas atualmente, conta com um expressivo alunado determinado e inteligente, conhecido na macrorregião de Picos pelas suas aprovações em vestibulares e concursos do estado e do país.

## **4 A ATUAÇÃO DOS MESTRES - ESCOLAS E O ENSINO ALTERNATIVO**

A relevância do estudo dos profissionais leigos (mestres-escolas) bem como sua atuação no município contribuirá para ampliar o conhecimento sobre as práticas de ensino por eles desenvolvidas, e que em muito ajudou no processo de alfabetização de várias crianças e jovens, neste período (1935-1960).

### **4.1 Sujeitos, memórias e compromisso com a educação**

Se a escola pública demorou tanto a chegar, foram muitos, no passado, os pais de família que mantiveram professores particulares para seus filhos e conterrâneos. Segundo Mariano da Silva Neto “Os professores eram contratados apenas por um ou alguns meses, o tempo suficiente para que a maioria dos alunos ficassem capacitados a ler, escrever e fazer contas” (SILVA NETO,1985,p. 75).

Foram muitos os sujeitos (mestres-escolas) que lecionaram em Francisco Santos no período de 1935-1960, e todos eles demonstraram que mesmo não possuindo a devida instrução, conseguiram ensinar os principais saberes e alfabetizar uma boa parte da população da época. O compromisso com a educação os fez desempenhar com eficiência o processo de ensino-aprendizagem no município.

Neste período, atuaram no ensino alternativo os seguintes mestres: Maria Rodrigues dos Santos, Miguel Borges de Moura (Miguel Guarani), Manuel Rodrigues Chaves (Banzeiro), Teresinha, Maria da Luz, Raimundo Nicolau da Silva (Mundico de Boronga), João Eulálio, Adelino Rodrigues de Moura, Filomena, Carmosa, entre outros.

Dentre os que mais se destacaram devido a grande importância e notoriedade que ganharam no período que lecionaram, cabe destaque para as figura de Miguel Borges de Moura (Miguel Guarani), Raimundo Nicolau da Silva (Mundico de Boronga) e Maria Rodrigues dos Santos (Dona Mariinha).

No que diz respeito à atuação dos mestres-escolas o autor João Bosco da Silva descreve da seguinte forma em seu livro:

Após estas, vieram, dentre outros, mestres como Miguel Guarani (e suas filhas Teresinha e Helena, que o substituíram muito bem nos seus impedimentos- fomos também aluno delas); Mundico de Boronga, ambos leigos, mas de nomeada, autodidatas capazes, que souberam ministrar sua cultura e seu saber a toda uma geração de jovens, dentre os quais nos incluímos com muito orgulho (SILVA, 2010, p. 98).

Dentre os mestres-escolas mais importantes que passaram por Francisco Santos, se destaca o saudoso Miguel Borges de Moura, vulgo Miguel Guarani. Seu filho, escritor, Francisco Miguel de Moura escreveu um livro para preservar a memória da vida de seu pai do esquecimento. No citado livro intitulado, *Miguel Guarani: mestre e violeiro (2005)*, o autor conta a trajetória deste como mestre-escola e como cantador como se vê a seguir:

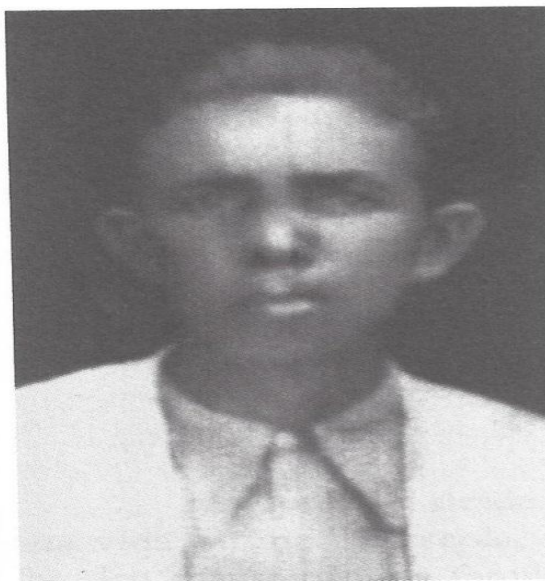
Anos e anos lecionou em casas e fazendas, onde era chamado, em toda redondeza de Picos (de Itainópolis a Alagoinhas, de Jenipapeiro a Guaribas e até muito pra lá, no sertão de serras planas já limítrofes com Valença e Pimenteiras). Só em 1941 passou a lecionar por conta de prefeitura municipal de Picos, no povoado Aroeiras, recebendo salário (MOURA, 2005, p. 42).

Miguel Guarani (1910-1971) começou sua carreira com mestre-escola particular provavelmente em 1935, e só a partir de 1941 começou a ser contratado pelo município de Picos, e posteriormente pelo estado, dando aulas em vários municípios, inclusive em sua terra natal Francisco Santos. Em 1947, devido reviravoltas na política municipal e estadual, o mestre voltou a dar aulas particulares.

[...] Tudo indica, mas não há registro confiável, que ele seria funcionário municipal da prefeitura de Picos até chegar a Santo Antônio do Rodeador (em 1947, possivelmente). Assim, sua permanência no estado durou pouco. Teve que se arrumar, para viver, com uma escolinha particular que montou no referido povoado, valendo-se das amizades locais- proprietários e comerciantes influentes, que lhe mandavam os filhos a serem alfabetizados e, em seguida completarem o curso possível. O ensino de então, do qual o mestre se encarregava, diga-se para melhor entendimento, equivaleria a mais ou menos metade da escola primária: primeira e segunda série. Só em casos excepcionais ultrapassava esse limite (MOURA, 2005, p. 43).

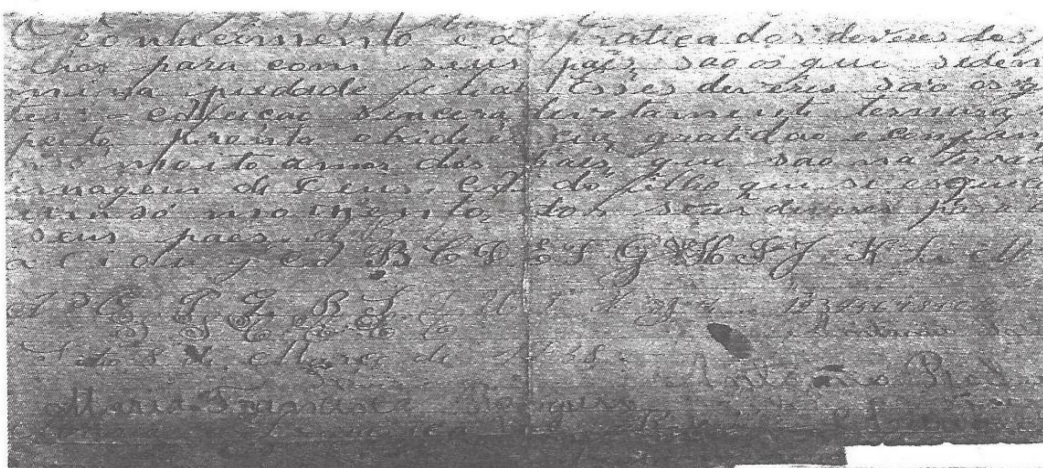
A seguir, veremos a fotografia do Mestre Miguel Guarani, e alguns documentos de suma importância para este trabalho, pois mostram a grafia de uma de suas alunas do tempo em que lecionou, e a sua própria letra em um de seus manuscritos.

**Figura 3:** Fotografia de Miguel Guarani de Moura



Fonte: Livro "Miguel Guarani: mestre e violeiro"

**Figura 4:** Letra de aluna



Letra de Mocinha, aluna mais antiga.

Fonte: Livro "Miguel Guarani: mestre e violeiro"

**Figura 5:** Manuscrito de Miguel Guarani

| Confirmação da cidade e do nome<br>de Francisco Santo. Confirmação |                          |
|--|--------------------------|
| Jose Joao Rodrigues  | Francisco Santo 4,50     |
| Terquato Marques de Barros   | Agricultor 1,00          |
| Manoel Sebastiao   | " 1,00                   |
| Antonio Jose Rodrigues   | " 1,00                   |
| Francisco Jaci   | Motorista 1,00           |
| Aquiles Rome   | Agricultor 0,50          |
| Francisca Rosa de Amor Divino                                      | Domestica 1,00           |
| Jose Antonio Ferreira  | Agricultor 1,00          |
| Maria Rosa de G. Divino  | Domestica 1,00           |
| Manoel Luis Rodrigues  | Agricultor 1,00          |
| Antonio Braga de Sousa   | " 5,00                   |
| Elizete Pereira dos Santos   | Proprietaria 5,00        |
| Antonio Gomes  | Funcionario publico 1,00 |
| Jose Celso   | Agricultor 1,00          |
| Joao Rodrigues   | " 1,00                   |

Manuscrito recente de Miguel Guarani.

Fonte: Livro "Miguel Guarani: mestre e violeiro"

A respeito do mestre-escola Raimundo Nicolau da Silva (Mundico de Boronga), as informações são poucas, porém o que se houve falar da sua brilhante inteligência ainda hoje é de destaque entre os idosos da cidade que tiveram a oportunidade de conhecê-lo e "tomar aulas" com ele. Vejamos como o retrata o escritor João Bosco da Silva em seu livro:

[...] necessário se faz dizer que ele, apesar de leigo, deu um verdadeiro choque de gestão na maneira de transmitir conhecimento no ciclo que, então, se chamava PRIMÁRIO. Ele sistematizou a educação. Durante os anos de 1958 a 1961, preparou tão bem os seus alunos, que todos eles, ao se submeterem ao exame de admissão ao ginásio, que correspondia, mais ou menos, a um vestibular, conseguiram aprovação, em Picos, ou no ginásio Padre Marcos, em Jaicós (SILVA, 2010, p. 98).

Por fim, cabe ressaltar a figura de Maria Rodrigues dos Santos, primeira mestra, leiga, mas muito inteligente e desprendida, também foi a primeira professora contratada pelo estado.

[...] carinhosamente chamada de dona Mariinha, filha do Sr. Licínio Pereira, além de ter sido a primeira mestra a desasnar a meninada, ensinando-lhes a ler, escrever e contar, também como Chodó, foi a leitora e escriba de todas as cartas da gente do seu lado. Inclusive decifrava os "hieróglifos" das receitas médicas, orientando o doente a tomar corretamente a medicação indicada.



A escola foi provisoriamente instalada em uma das muitas salas da casa do Sr. Licínio Pereira, enquanto se esperava a construção do prédio da escola, o que só veio a acontecer no início do governo de Rocha Furtado, na legislatura de 1947-1950 (SILVA, 2010, p. 96-97).

Segundo Maria do Carmo Santos Rodrigues, filha de dona Mariinha, em entrevista concedida em 11 de junho de 2014, “minha mãe atuou dez anos (1937-1947), e lecionava nas casas e depois no em locais (salas de aula) mantidos pelo estado<sup>4</sup>”. O seu pagamento vinha de Picos e era pago pelo inspetor da cidade, mediante assinatura de uma folha, quanto ao valor, a entrevistada não soube informar. A Unidade Escolar Franco Rodrigues foi a primeira escola do município de Francisco Santos, foi inaugurada somente no ano de 1968 na gestão do prefeito José Hostérnes de Barros. A seguir, uma fotografia de dona Mariinha.

**Figura 6:** Dona Mariinha



Fonte: Arquivo particular de Maria do Carmo Santos Rodrigues

---

<sup>4</sup> RODRIGUES, Maria do Carmo Santos. Entrevista concedida à Gleycelene Maria da Silva Santos Nóbrega em 11 de junho de 2014, Francisco Santos – PI.

## 4.2 Práticas pedagógicas e metodologias de ensino: formas de avaliação e recursos didáticos

Inicialmente os mestres-escolas atuaram na maior parte na zona rural do município de Francisco Santos, nas residências dos alunos e de forma contratada pelos pais de maior poder aquisitivo. Só depois de algumas décadas, atuavam na zona urbana quando o estado passou a disponibilizar algumas salas de aula. Vejamos agora quais eram os métodos de ensino, as práticas e os recursos didáticos que esses sujeitos utilizavam.

Para saber como era ministrado o ensino, foi preciso recorrer a entrevistas com pessoas que foram alunas no período em estudo (1935-1960). Foram entrevistadas as senhoras Maria do Amparo Santos Nóbrega e Maria do Carmo Santos Rodrigues (filha de dona Mariinha). Perguntadas sobre quais eram os instrumentos de trabalho (recursos didáticos) utilizados pelos mestres-escolas elas assim respondem: “Quadro, giz, tinteiro e pena, cartilhas de alfabetização e livro de chamada”.

Segundo a entrevistada Maria do Amparo, as principais atividades de ensino aprendizagem (práticas pedagógicas) exercidas pelos mestres eram:

Faziam tarefa de classe, provas, ensinava contas de matemática, leitura e a escrever. No final de cada semana tinha os “argumentos” que era uma discursão para ver o que se tinha aprendido<sup>5</sup>.

Pela situação de improviso em que funcionava o ensino alternativo, anterior à chegada do oficial, acredita-se que os recursos didáticos dos quais dispunham os professores nem sempre eram suficientes para desenvolver o processo de ensino aprendizagem. Além disso, pelo que percebemos no depoimento da aluna, que para os pais o que importava era que os filhos apenas adquirissem o domínio da escrita, da leitura e da contagem para executar atividades práticas. Esses profissionais, segundo as entrevistadas, também ensinavam a educação religiosa, os bons modos a ser praticado em casa e na sociedade, como a disciplina, a

---

<sup>5</sup>NÓBREGA, Maria do Amparo. Entrevista concedida em 10 de junho de 2014 à Gleycelene Maria da Silva Santos Nóbrega, Francisco Santos – PI.



obediência, o respeito com os mais velhos e o respeito ao professor, e para isso existiam os castigos chamados por eles de “disciplina”.

Devido à condição social da maior parte da população e aliada à escassez de escolas é que se justifica a permanência e a ação do mestre escola no decorrer da primeira metade do século XX, como uma satisfação às necessidades de ensino dessa sociedade.

Diante da escassez de escolas no município e da qualidade questionável das aulas, as famílias que consideravam importantes para a formação dos filhos conhecimentos básicos como ler, escrever e contar via como solução para suprir as necessidades provocadas pela existência de poucas escolas públicas no município, as aulas particulares, tanto aquelas ministradas pelos mestres ambulantes como aquelas realizadas por professores, geralmente leigos, em locais fixos [...] aquele modelo de atividade de ensino formal era a forma mais conveniente de educação formal para os filhos dos pequenos proprietários rurais, porque permitia associar a rotina da escola com a rotina do trabalho infanto-juvenil (VIEIRA, 2005, p. 76).

Perguntada sobre como era aceito e difundido o ensino alternativo pelas famílias franciscossantenses Maria do Carmo assim responde:

Era bem visto pelas famílias, e a maioria dos pais se interessava em colocar seus filhos, a faixa etária dos alunos era de 7 a 15 anos de idade, e havia cerca de até 40 alunos em uma turma única<sup>4</sup>

Assim, mesmo observando que esse tipo de ensino era realizado de forma rudimentar, sem uma boa estrutura de espaço físico (que muitas vezes era improvisado), com pouquíssimos recursos didáticos, metodologias simples e rotineiras, e ministradas por profissionais leigos, eram bem aceito e difundido neste município, pois se tratava de uma época em que ainda não tendo chegado melhores condições educacionais, as famílias se interessavam e confiavam no saber destes mestres, para a educação de seus filhos.

### 4.3 Contribuições dos educadores à Educação franciscossantense

Não só em Francisco Santos como também em todo o Piauí o ensino alternativo e a atuação dos mestres escolas foram de suma importância para a população da época. A temática sobre o ensino alternativo e sobre os mestres-escolas são tratadas com clareza na obra *A escola do Sertão: ensino e sociedade no Piauí, 1850-1889*, pelo autor Alcebíades Costa Filho:

Ao longo da exposição, percebeu-se que, na gênese do sistema de ensino piauiense, encontram-se as formas alternativas de ensino particular e o sistema de ensino de natureza oficial. Este teve atuação reduzida se comparada com as formas alternativas (COSTA FILHO, 2006, P.89).

As contribuições dos educadores para a educação em Francisco Santos no recorte de 1935-1960 podem ser sintetizadas nas palavras do entrevistado João Erismá de Moura, que pontua os seguintes aspectos como reflexos do modo com que essa foi difundida na cidade:

Grandes médicos, advogados, engenheiros, enfermeiros e outros profissionais de formação superior saíram de Francisco Santos e foram brilhar em diversos estados brasileiros. Muitos aprenderam o ofício do comércio e se tornaram grandes empresários. Culturalmente, o município cresceu com grande desenvoltura e hoje temos escritores, poetas, repentistas, cantores, músicos e jornalistas produzindo sua arte pelo país<sup>1</sup>.

A entrevistada Rosa Maria de Araújo Lima aponta as seguintes contribuições:

A evolução do povo franciscossantense teve importante contribuição do setor educacional, pois muitos se destacaram em várias atividades, pela inteligência, pela determinação, e hoje espalhados em todo o país, ocuparam e continuam ocupando cada vez mais cargos importantes<sup>2</sup>.

Finalizamos o capítulo na expectativa de ter colaborado para a compreensão da História da educação do município de Francisco Santos, ajudando no entendimento de como surgiram as primeiras formas de ensino, e a compreender como se deu e a importância da atuação dos profissionais da

educação que no recorte trabalhado nesta pesquisa (1935-1960), eram chamados de mestres-escolas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo sobre educação que teve como tema “A atuação dos mestres-escolas e o ensino alternativo: História e Memória do ensino em Francisco Santos-PI (1935-1960)” buscou conhecer como se deu as formas de ensino neste período que contempla o reconhecimento oficial de Jenipapeiro como povoado (1935), pertencente aos municípios de Picos – PI e Jaicós-PI, e com o posterior crescimento do mesmo, culminando na emancipação política em 1960, passando a se chamar Francisco Santos-PI.

Partindo desse interesse, procuramos desenvolver uma pesquisa que nos possibilitou ampliar o nosso conhecimento sobre a História da Educação não somente no município de Francisco Santos, mas como consequência no Estado do Piauí, procuramos consultar documentos, livros, dissertações e fontes orais sobre o assunto no intuito de ampliar os horizontes de abordagem. Nessa condição, entendemos que a educação ainda na época do povoado de Jenipapeiro ficou a cargo dos professores particulares (mestres-escolas) e só tinham acesso os filhos dos moradores de maior poder aquisitivo, uma vez que os professores eram pagos pelas famílias.

A função do mestre escola era executada geralmente por uma pessoa que impunha certo respeito diante dos fazendeiros, seja pela sua sabedoria ou pela sua experiência de vida. Para tanto a presença marcante do mestre escola ou das escolas familiares como formas alternativas de ensino na história da educação de Francisco Santos, não é um fato isolado dessa cidade, mas sim um reflexo da estrutura educacional do país e de das bases em que se fundaram a educação no estado do Piauí.

Desse modo, procuramos contextualizar a Historiografia educacional do Brasil e do Piauí e percebemos que as formas alternativas de ensino constituíram desde a colônia um fator preponderante na educação e que essas formas teriam se estendido além desse período, fazendo parte também da República. Seria durante esse último regime político que a educação formal se firmaria no Piauí, porém, considerando a extensão territorial do Estado e as diversas fazendas e povoados espalhados em todo o seu território, a permanência de professores

particulares em muitos desses lugares pode ser justificada pela ineficiência do poder público em atender a demanda de escolas por todo o Estado.

No que se refere ao surgimento das primeiras escolas mantidas pelo poder público no Povoado Jenipapeiro (e posteriormente Francisco Santos), observamos que elas se concentravam na sede do povoado e funcionaram por muito tempo de modo improvisado na casa dos professores, que por sua vez, eram indicados por influência política. Somente com a construção do primeiro prédio escolar e a posterior emancipação política do município é que a educação formal se expandiu, com a construção de novas escolas, inclusive, na zona rural.

O conhecimento de alguns professores seja por meio de nomes, biografias ou fotografias, foi uma das maneiras que encontramos de conhecer as pessoas que contribuíram para o desenvolvimento da educação no município e resgatá-las do esquecimento que poderia acontecer pelo passar do tempo. Espera-se, que assim possamos contribuir no esclarecimento de informações sobre a educação não só do município de Francisco Santos, mas também como forma de preencher lacunas na historiografia piauiense, abrindo possibilidades de novas discussões a ser contempladas em futuros estudos sobre o tema, que possui grande relevância para estudos sobre educação nas primeiras décadas do século XX, trazendo as características mais marcantes do processo em que se desenvolveu o ensino alternativo. Além disso, vê-se a importância do estudo da atuação dos profissionais leigos, chamados de mestre-escola, que difundiram o ensino neste período.

## REFERÊNCIAS

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Memória cronológica**: histórica iconográfica da província do Piauí. Teresina: COMPEI, 1974.

ALMEIDA, P.R. “Cada um tem um sonho diferente”: histórias e narrativas de trabalhadores no movimento da luta pela terra. In: ALMEIDA, P.R; KHOURY, Y.A; **Outras Histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d’Água, 2006.

AZEVEDO, Fernando. **A cultura brasileira**. São Paulo: [s.n], 1992.

BOMENY, Helena. **Novos talentos, vícios antigos**: os renovadores e a política educacional. In Estudos Históricos. Rio de Janeiro, 1993.

BRANDÃO, Wilson de Andrade. Formação social. In: **Piauí**: Formação, desenvolvimento, perspectiva. Halley, Teresina,1995.

BRITO, I. S. **História da Educação no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1996.

CHAVES. J.R.F. 1998. **Obra completa**; Prefácio de Teresinha Queiroz- Teresina: Fundação Cultural Mons. Chaves.

CIAVATTA, Maria Franco. **A fotografia como fonte histórica**. Belo Horizonte, MG: DP&A,2002.

COSTA FILHO, Alcebíades. **A escola do sertão**: ensino e sociedade no Piauí, (1850-1889). Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006.

COSTA, F.A.P. **Cronologia histórica do Estado do Piauí**. Rio de Janeiro: Artenova. 2 v. 1974.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral, memória, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DEWEY, John\_ **Vida e educação**. 2. ed. São Paulo: Ibrasa, 1980.

FONSECA, Selva Guimarães. **Fazer e ensinar História**. Belo Horizonte: Dimensão, 2009.

GUIRALDELLI JR, Paulo. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LEAL, Maria Cristina; PIMENTEL, Marília Araújo Lima. (orgs.) **História e Memória da Escola Nova**. São Paulo: Loyola, 2003.

MOURA, Miguel Borges de Moura. **Miguel Guarani mestre e violeiro**. Teresina-PI: Edições Cirandinha/Funcor, 2005.

MACIEL, L.A. (Org.). **Outras Histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'Água, 2006.p.44-60.

NUNES, Clarice. Memória e História da Educação: entre práticas e representações. In:

NUNES, Odilon. **Pesquisas para a história do Piauí**. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova. 1975.v.4.

BAPTISTA. **Dilemas da Educação: dos apelos populares à Constituição**. São Paulo. Autores associados, 1989.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23.ed.São Paulo: Brasiliense, 2004.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Educação no Piauí**. Imperatriz-MA: Ética, 2008.

REIS, Amanda de Cássio Campos. **História e memória da educação em Oeiras-Pi: De meados do século XVIII a primeira metade do século XX**. Expansão-EDUFPI, Teresina-PI,2009.

RIBEIRO, Maria Luiza Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 12.ed. São Paulo: Cortez, 1992.

ROCHA, Antônia Cláudia de Carvalho. **História e memória da educação em Santo Antônio de Lisboa: do ensino alternativo ao ensino oficial (1940-1970)**. Picos-PI: UFPI,2011.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

SANTOS, Rosa Isaura (Org). **Francisco Santos é assim**. Teresina-PI: Gráfica Santo Antônio, 2007.

SAVIANE, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2.ed.São Paulo: Autores Associados, 2008.

SILVA NETO, Mariano da. **O município de Francisco Santos- estudo e memória**. Teresina: COMEPI, 1985.

SILVA, João Bosco da. **Jenipapeiro: A terra dos espiritados**. Teresina: gráfica halley, 2010.

TEIXEIRA, Maria Cristina. **O direito à educação nas Constituições brasileiras.** Revista do Curso de Direito, vol. 5, n. 5. 2008. Disponível em: <https://www.metodista.br>. Acessado em 30 de Janeiro de 2014.

THOMPSON, P. **A Voz do Passado.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOBIAS, José Antônio. **História da Educação Brasileira.** 3. ed. São Paulo: Ibrasa, 1986.

VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs). **Domínios da História: ensaios e metodologia.** 18. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

VIEIRA, Maria Aveni Barros. **Educação e Sociedade Picoense: 1850 a 1930.** Teresina: EDUFPI, 2005.

XAVIER, Libânia Nacif. **Para além do campo educacional: um estudo sobre o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova.** Bragança Paulista: Edusf/ CDAPH, 2002.



## FONTES ORAIS

LIMA, Rosa Maria de Araújo. Entrevista concedida em 11 de junho de 2014 à Gleycelene Maria da Silva Santos Nóbrega para a elaboração da monografia da entrevistadora.

MOURA, João Erismá de. Entrevista concedida em 02 de janeiro de 2014 à Gleycelene Maria da Silva Santos Nóbrega para a elaboração da monografia da entrevistadora.

NÓBREGA, Maria do Amparo Santos. Entrevista concedida em 10 de junho de 2014 à Gleycelene Maria da Silva Santos Nóbrega para a elaboração da monografia da entrevistadora.

RODRIGUES, Maria do Carmo Santos. Entrevista concedida em 11 de junho de 2014 à Gleycelene Maria da Silva Santos Nóbrega para a elaboração da monografia da entrevistadora.

SANTOS, Rosa Isaura. Entrevista concedida em 10 de junho de 2014 à Gleycelene Maria da Silva Santos Nóbrega para a elaboração da monografia da entrevistadora

## **ANEXOS**

## Ata de instalação do município de Francisco Santos

*João Bosco da Silva*

### ATA DA SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FRANCISCO SANTOS.

Aos vinte e quatro (24) dias do mês de dezembro do ano de mil no-  
vecentos e sessenta (1960), nesta cidade de Francisco Santos, às nove /  
horas, no prédio da Prefeitura Municipal, presentes o Dr. Caio Vaz de /  
Oliveira, Juiz de Direito da Comarca de Picos e representante do Exmo.  
Sr. Governador do Estado, Dr. FRANCISCO DAS CHAGAS CALDAS RODRIGUES, /  
Dr. WALDEMAR DE MOURA SANTOS, Dr. ANTONIO MARTINS NEIVA, Dep. ALBERTO /  
MONTEIRO, Dr. SEVERO EULÁLIO, PADRES DAVID ÂNGELO LEAL E MARIANO DA SILVA  
NETO, vereadores ELIZEU PEREIRA DOS SANTOS E ADERSON CONSTA BEZERRA,  
Dr. JOAQUIM ARCOVERDE, Juiz de Direito da Comarca de PÍO IX, Jornalista  
João de Sousa Libório, senhores Emir Maia Martins, Waldeck Neiva Eulá-  
lio, José de Moura Monteiro, vereador Nicomedes da Silva Rocha, Daoberto  
Rocha, Judá Monteiro, Elizeu Pereira dos Santos, Pedro Martins, Vir-  
gílio Bezerra, Manoel Bezerra, Dona Dalila Ferreira de Oliveira, Dona /  
Otília Neiva Santos, Dona Ricardina de Castro Neiva, Srs. José Tométeco/  
dos Santos, pro. Srs. Samilla Maria da Silva, Célia Neiva e Waltília /  
Neiva de Moura Santos, Sr. Urbano Eulálio Filho, Sr. Izidro Bezerra, Sr  
Nicolau Franco Pereira, senhorita Antonia de Moura Santos, Dona Maria /  
de Lourdes Santos Rocha, Licínio Pereira dos Santos, José Rodrigues dos  
Santos, Manoel de Sousa Santos, Manoel João Rodrigues, Antonio João Ro-  
drigues, Francisco Manoel Rodrigues, Francisco Elpidio de Barros, Osval-  
do Santos Rodrigues, José Licínio dos Santos, Manoel Amadeu Rodrigues,  
José Osternes de Barros, Luiz Osternes de Barros, Luiz Rodrigues de Bar-  
ros, Simplicio Morais Santos, José de Morais Santos, José Manoel dos /  
Santos, senhoras, senhoritas, senhores da sociedade local e o povo em  
geral, assumiu o Dr. Caio Vaz de Oliveira, a presidência dos trabalhos/  
na qualidade de Juiz de Direito da Comarca de Picos e representante de /  
S. Excia. o Sr. Governador do Estado, declarando instalados os trabalhos  
da sessão e convidando a mim, Severo Maria Eulálio, para secretariar a  
sessão.

O senhor Presidente nomeou, em seguida uma comissão composta dos  
srs. Virgílio de Sá Bezerra, Isaac Pereira dos Santos e Padre Mariano /  
da Silva Neto, para introduzir no recinto o Sr. ROLDÃO DOS SANTOS RODRI-  
GUES, Prefeito Municipal de Francisco Santos. Em seguida o Dr. Caio /  
Vaz de Oliveira, invocando sua competência, como Juiz de Direito da Co-  
marca e representante do Exmo. Sr. Governador do Estado, declarou, sole-  
nemente, instalado o município e empossado no cargo de Prefeito Municí-  
pal o cidadão Roldão dos Santos Rodrigues, nomeado pelo Exmo. Dr. Gover-  
nador do Estado. Do ato foi lavrado o termo competente, lido em voz al-  
ta, seguindo-se a plausos entusiásticos de todos os presentes.

Prosseguindo nos trabalhos o senhor Presidente concedeu a pala-  
vra ao Senador Waldemar de Moura Santos, orador oficial e representante  
da família Santos. O orador em discurso entreslástico traçou em linhas/  
gerais o trabalho fecundo dos pioneiros da construção da cidade de Fran-  
cisco Santos e da satisfação de todos os municípios pela elevação do an-

tigo povoado o categoria de cidade. Agradeceu á todos a homenagem prestada a seu pai, filho desta cidade, homem publico que sempre trabalhou por sua terra e por sua gente. Agradeceu em nome da familia a perpetuação do nome de seu pai, Francisco Santos, na historia do Piauí com o seu nome em um municipio. Deu publicamente o testamento, digo, o testemunho do apreço ao Sr. Governador do Estado que em homenagem ao povo de Francisco Santos havia sancionado a lei de criação do municipio.

Facultada a palavra, dela usou o Dr. Antenor de Martins / Neiva que em vibrante oração se congratulou com o povo do novo municipio e prestou sua homenagem á familia Santos, tecendo elogios ao estinto coronel Francisco Santos, filho deste municipio, cujo exemplo de trabalho e honradez valeu-lhe com justiça, dar o nome ao novo municipio. Encerrou sua oração prestando uma homenagem ao Padre Mariano da Silva Neto, também filho de Francisco Santos, do municipio, e uma das brilhantes expressões do clero piauíense.

Pediu a palavra, em seguida o deputado Alberto de Moura Monteiro, que de empoviso manifestou sua satisfação em estar presente á solenidade para pessoalmente se congratular com o povo do novo municipio. Realçou o dinamismo, a coragem o espirito de trabalho do povo de Francisco Santos e manifestou sua satisfação de ter na Assembleia Legislativa do Estado, que representava nesta sessão, contribuído para a criação do municipio. Prestou também sua homenagem ao Cel. Francisco Santos, patrono do novo municipio cuja vida foi um padrão de honestidade e trabalho. Finalizou sua oração desejando ao Prefeito Roldão dos Santos Rodrigues, uma administração proficua e progressista.

O senhor presidente concedeu em seguida a palavra ao Padre Mariano da Silva Neto, filho da terra, que, registravas, oficiara já missa em ação de graças pela instalação do municipio. O orador iniciou agradecendo as referencias elogiosas que já lhe haviam sido feitas pelos Dep. Alberto Monteiro, Padre David Angelo Leal, / Dr. Antenor Neiva e Dr. Severo Eulálio. Interpretou, em seguida / com rara felicidade, os sentimentos do senhor Prefeito Municipal / recém empossado, realçando suas qualidades e meritos, como homem honrado e digno que é. Falando em nome do Prefeito Municipal agradeceu ao Sr. Governador do Estado e ao povo de sua terra pela confiança que foi depositada em sua pessoa, entregando-lhe os destinos do municipio para leva-lo em seus primeiros passos. Conclamou o povo a se unir em torno do seu Prefeito e trabalhar pela terra comum.

Falou em seguida o Dr. Severo Maria Eulálio, congratulando-se com o povo do novo municipio pela sua instalação, prestando também sua homenagem á familia Santos, pela perpetuação do nome / do Coronel Francisco Santos, com a denominação honrosa do novo municipio. Congratulou-se com o Sr. Prefeito Municipal e pôs seus / préstimos á disposição do novo municipio e das autoridades municipais. Foi condedida a palavra, em seguida ao jornalista João de /



continuação:

Fls.2.

usa Libório, que em oração entusiástica também se solidarizou com o povo do município de Francisco Santos, manifestando sua satisfação em poder pessoalmente congratular-se com os filhos desta cidade. Realçou, ainda, os méritos e virtudes do extinto coronel Francisco Santos, prestando-lhe sua homenagem póstuma de reconhecimentos, congratulou-se, ainda, com o Prefeito Municipal, Sr. Roldão dos Santos Rodrigues, realçando-lhe as qualidades e desejando-lhe profícua administração.

Com a palavra o Padre David Angelo Leal, relembrou o seu trabalho como sacerdote nesta cidade, quer na sua capela ou nos lares, no exercício de seu sacerdócio. Realçou a presença de membros e representantes das mais ilustres famílias de Picos, Fronteiras, Monsenhor Hipólito e Francisco Santos, numa demonstração de solidariedade ao povo do novo município. Relembrou a qualidades do coronel Francisco Santos, prestando sua homenagem a homem cujo nome, com justiça, identifica o novo município. Rendeu ainda, sua homenagem a extinta esposa do Coronel Francisco Santos, dona Balbina Santos, a seus filhos presentes e todos as da família Santos. Congratulou-se com o novo Prefeito fazendo-lhe um apelo para que crie escolas e eduque seu povo, melhor e mais acertada maneira de governar.

Passou a fazer uso da palavra o Dr. Caio Vaz de Oliveira, Juiz de Direito da Comarca de Picos e Representante do Exmo. Sr. Governador do Estado e Presidente da sessão que agradeceu, de improviso a presença das autoridades, sacerdotes e do povo em geral que aqui se encontrava para em prestar maior brilho as solenidades. Como Juiz de Direito que é, <sup>destacou</sup> ~~acentuou~~ a imparcialidade com que exerce suas funções, assegurando ao povo do novo município que como Juiz da Comarca assegura aos seu jurisdicionados o seu empenho em distribuir a justiça, com justiça. Agradeceu as referências elogiosas feitas ao Senhor Governador que representa e a sua pessoa. Concitou o senhor Prefeito, a trabalhar pelo seu município, criando escolas, associações de classe e ajudando por todos os meios a agricultura do novo município, cujos destinos lhe eram entregues neste momento, lembrando-lhe a responsabilidade do cargo que há pouco assumira. Prestou, em seguida, sua homenagem a inteligência brilhante do Padre Mariano, filho desta terra, cujo sermão durante a missa de ação de graças empolgou a todos os que assistiram ao santo ofício. Exortou o povo da nova cidade a que trabalhem, sob a proteção de Deus e da fé, pelo engrandecimento de sua terra. Agradeceu à família Santos, especialmente a Elizeu Pereira dos Santos as homenagem que recebeu.

Em seguida a banda de música executou o hino nacional que foi cantado por todos os presentes, de pé.

Mandou o senhor Presidente, a pedido, que constasse da ata, também, que o Senador Waldemar Santos representava na solenidade o seu irmão Dr. Josué de Moura Santos, seu cunhado Capitão José de Brito Freire, sua irmã Judite de Santos Brito Freire e o Sr. Justino Rodrigues da Luz, Prefeito Municipal de Picos, Esteve presente ainda a senhora Balbina Santos Fonsêca.

E, não havendo mais nada a tratar nem quem quizesse fazer uso da palavra o senhor presidente mandou que constasse do ata que as solenidades haviam sido irradiadas pela Amplificadora de propriedade do Sr. José Eulá-

lio Martins e abrilhantada pela banda de música de Picos. Em seguida declarou encerrados os trabalhos. Eu, Severo Maria Eulálio, Secretário Ad-hoc, lavrei a presente ata que lida e aprovada vai assinada por todos os presentes. (aa)-Caio Vaz de Oliveira. Roldão dos Santos Rodrigues. Waldemar de Moura Santos, Antenor Martins Neiva. Urbano Eulálio Filho. Alberto de Moura Monteiro. Emir Maia Martins. José de Moura Monteiro. Mariano da Silva Neto. Pe. David Angelo Leal. Otávia Neiva de Moura Santos. Maria de Lourdes Santos Rocha. Joaquim Arcoverde. Antonia de Moura Santos. Ricardina de Castree Neiva. Dalila/Ferreira de Oliveira. Célia de Castro Neiva. Camila Maria da Silva. / Dagoberto de Araújo Rocha. Juçie Monteiro. Virgílio de São Bezerra. / Nicolau Franco Pereira. Waldeck Neiva Eulálio. Antonia dos Santos Bezerra. Izidro de Alencar Bezerra. José Rodrigues dos Santos. Rosa dos Santos Rodrigues. João de Sousa Libório. José Licínio dos Santos. José Rodrigues Santos. Raimundo e Silva. Antonio João Rodrigues. Nicomedes da Silva Rocha. Pedro de Sousa Martins. Balbina Santos Reinaldo / da Fonseca. José Eulálio Martins. Waltília Neiva de Moura Santos. Dinorah Gomes de Matos Nunes. Enoc de Moraes Santos. Maria de Sá Bezerra. Manoel Alves Bezerra. Pedro José dos Santos. Aderson Costa Bezerra. Simplicio Moraes Santos. Heli Rodrigues dos Santos. José Waldemar dos Santos. Francisco Elpidio de Barros. Elizeu Pereira dos Santos. / Manoel João Rodrigues. Licínio Pereira dos Santos. José Elpidio Ramos José Amadeu dos Santos. José Osterne de Barros. José Timoteo dos Santos. Antonio Manoel dos Anjos. Isaac Pereira dos Santos. Osvaldo dos Santos Rodrigues. José de Moraes Santos. Arlindo Cipriano de Scusa. / Francisco Manoel Rodrigues. Manoel Elpidio da Silva e Severo Maria Eulálio. ERA O QUE CONTINHA EM DITA ATA DE INSTALAÇÃO DO MUNICIPIO DE / FRANCISCO SANTOS.